

Educação Museal

experiências e narrativas

Prêmio Darcy Ribeiro 2021

Educação museal: experiências e narrativas

Prêmio Darcy Ribeiro 2021

Instituto Brasileiro de Museus

© 2023 Instituto Brasileiro de Museus

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons – Atribuição CC BY-SA, sendo permitida a reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte, e desde que novos conteúdos criados a partir desta obra sejam licenciados sob termos idênticos.



Governo Federal

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministra do Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa



Presidenta

Fernanda Santana Rabello de Castro

Diretora do Departamento de Processos Museais

Mirela Leite de Araújo

Diretor do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Joel Santana da Gama

Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Maria Angélica Gonsalves Correa

Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal

Dalton Lopes Martins

Unidade Responsável pela publicação

Departamento de Processos Museais

Coordenação de Museologia Social e Educação

Marielle Costa Gonçalves (coordenadora)

Divisão de Educação

Dalva Oliveira de Paula

Joana Regattieri Adam

Vivian de Oliveira Cobucci (chefe substituta)

Divisão de Museologia Social

Felipe Evangelista Andrade Silva

Juliana Vilar Ramalho Ramos

Raquel Fuscaldi Martins Teixeira (chefe)

Apóio administrativo

Fabiana Alves Sousa de Andrade

Danilo Alves de Brito

Estagiário

Vinicius Martins Oliveira

Ficha Técnica

Organização

Marielle Costa Gonçalves

Joana Regattieri Adam

Renata Silva Almendra

Revisão técnica

Dalva Oliveira de Paula

Joana Regattieri Adam

Juliana Vilar Ramalho Ramos

Marielle Costa Gonçalves

Renata Silva Almendra

Vitor Rogério Oliveira Rocha

Vivian de Oliveira Cobucci

Revisão dos textos

Carmem Cecília Camatari Galvão de Menezes

Projeto gráfico e diagramação

Simone Kimura

Caligrafia da capa

Maria Clara Cobucci Silva

159 Instituto Brasileiro de Museus.
Educação museal : experiências e narrativas / Instituto Brasileiro de Museus. –
Brasília, DF : IBRAM, 2023.
128p. (Prêmio Darcy Ribeiro 2021)

ISBN: 978-65-88734-12-4

1. Museus. 2. Educação museal. I. Prêmio Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD 069.07

Sumário

Sumário **3**

Prefácio **7**

Apresentação **9**

Renata Silva Almendra

Patrimônio cultural das plantas medicinais **14**

Marjorie de Almeida Botelho

Claudio Marcio Paolino

Projeto CONSIGO: educação patrimonial interdisciplinar no Ecomuseu de Maranguape **26**

Nádia Helena Oliveira Almeida

Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana **39**

Rafaela Cláudia dos Santos et al.

No museu e nas calçadas: ciclo de oficinas do MAPA **52**

Débora de Souza Simões

Natália de Carvalho Oliveira Checchi

Robson Rodrigues

Acessibilidade universal e tecnologia no Museu da Gastronomia

Maranhense **63**

Saulo Ribeiro dos Santos

Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos

Tallyane de Jesus Gomes Costa

O Museu Quilombola da Picada: uma experiência educativa e cultural **74**
Raimundo Melo

Educação patrimonial em ação no município de Panambi/RS **88**
Cléa Hempe
Temia Wehrmann
Bedin Juliana Barichello

Estrelas de uma constelação: o universo de Bell – um Podcast de Literatura **98**
Miguel Angel Schmitt Rodriguez

Formar para crescer: relatos da primeira formação de monitores do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá **107**
Rychelmy Imbiriba Veiga
Thamires Vitoria de Oliveira Menezes

Sala 02 – História e Cultura: ação virtual com foco na diversidade étnica em Ijuí **118**
Belair Aparecida Stefanello
Fabricio de Souza

Agradecimentos às autoras e autores dos artigos que compõem esta edição do Caderno Educação Museal – experiências e narrativas do Prêmio Darcy Ribeiro, e às instituições museais que colaboraram generosamente com a presente publicação.

NOTA:

Todos os artigos e imagens que compõem esta publicação são de inteira responsabilidade dos autores. Alguns termos e conceitos utilizados nos textos podem não refletir as perspectivas teóricas ou posicionamentos políticos adotados por este Instituto Brasileiro de Museus.

Prefácio

O *Caderno Educação Museal: experiências e narrativas*, série de publicações do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), reúne e apresenta diversas práticas educativas museais selecionadas e contempladas nas edições do Prêmio Darcy Ribeiro. O Prêmio tem por finalidade reconhecer e incentivar programas, projetos e ações desenvolvidos por museus brasileiros e que expressam metodologias e propósitos da educação museal, sobretudo aqueles considerados inovadores e que apresentam impactos sociais positivos e transformadores.

Com o primeiro edital lançado em 2008, o Prêmio Darcy Ribeiro foi criado por iniciativa do extinto Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), seguido pelo Instituto Brasileiro de Museus na sua ação, a partir da sua criação em 2009 como responsável pela implementação da Política Nacional de Museus (PNM). Até o presente momento, foram promovidos oito editais do Prêmio Darcy Ribeiro – 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2015, 2019 e 2021 –, que premiaram os primeiros colocados em dinheiro e concederam menções honrosas a outras iniciativas selecionadas. As comissões de seleção de cada edital contam com profissionais de notório saber e de reconhecida atuação no campo da educação museal no Brasil, garantindo a qualidade e a atualização constantes dos critérios de avaliação e seleção do Prêmio Darcy Ribeiro.

Os cadernos *Educação Museal: experiências e narrativas* contribuem na qualificação técnica e profissional do setor museal brasileiro e na implementação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), desdobramento da PNM no campo da educação. Por meio de artigos de autoria dos profissionais dos museus e instituições que tiveram projetos educativos contemplados no Prêmio Darcy Ribeiro, as edições do *Caderno* visam ampliar o conhecimento de boas práticas em educação museal, permitindo estabelecer referências positivas para as experiências educativas de outras instituições e inspirar o desenvolvimento de

alternativas e soluções para a superação de dificuldades comuns entre museus e instituições culturais.

Das oito premiações realizadas, foram publicadas três edições do *Caderno Educação Museal: experiências e narrativas* referentes aos anos 2008, 2009 e 2010 do Prêmio Darcy Ribeiro, integralmente disponibilizadas no site do Ibram e que podem ser acessadas em: <<https://antigo.museus.gov.br/educacao-museal-experiencias-e-narrativas-premios-darcy-ribeiro/>>.

No momento em que as orientações sanitárias de afastamento social implementadas como medida de contenção diante da expansão da pandemia de Covid-19 em que diversas restrições impactaram diretamente o funcionamento dos museus no Brasil e no mundo, torna-se ainda mais relevante a ampla disponibilização de materiais, digitais e impressos, que ofereçam informações sobre o campo museal, como as publicações do *Caderno Educação Museal: experiências e narrativas*. Ressalta-se a premente necessidade de troca de experiências e conhecimentos sobre as práticas em educação museal em nosso país, cujos profissionais foram especialmente atingidos com reduções salariais, perdas de postos de trabalho e adaptações emergenciais às interações virtuais com os públicos, evidenciando a importância e o papel de destaque que os educativos de museus possuem.

O Ibram, ao dar continuidade às publicações do *Caderno Educação Museal: experiências e narrativas*, relativas às cinco últimas edições do Prêmio Darcy Ribeiro – 2011, 2012, 2015, 2019 e 2021 –, visa contribuir com a preservação e a disseminação dos registros e das narrativas sobre as práticas educativas nos museus brasileiros, bem como com a melhoria da qualidade da educação no país, convidando educadores de museus e sociedade em geral a conhecer, por meio de textos e imagens, as experiências contempladas no Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal e a participar de seus próximos editais.

Fernanda Castro

Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus

Apresentação

Renata Silva Almendra¹

*Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
(Chico Buarque)*

A roda é um instrumento muito antigo e uma das máquinas mais simples inventadas pelo ser humano. De um ponto de vista puramente mecânico, a roda remete a um movimento rotativo, que determina a transmissão de força, velocidade e distância. Mas, mais do que isso, a roda nos remete a um sentido ampliado de deslocamento, de ciclos, de recomeços e renovações.

No movimento circular, nada se mantém para sempre no topo da roda, mas também nada se mantém em decadência. O girar da roda propõe o início de novas fases, novos desafios e novos pontos de vista. São ciclos dentro de ciclos, alguns mais velozes, outros mais extensos e demorados, mas numa eterna transformação pelo movimento.

A pandemia de Covid-19 amplificou o girar da roda. Muito do que parecia estável e forte se desfez. E quando tudo parecia caminhar para um sentido de

¹ Técnica em Assuntos Educacionais. Coordenação de Museologia Social e Educação. Divisão de Educação - Instituto Brasileiro de Museus.

pausa, isolamento, estagnação, o movimento se fez necessário para que pudéssemos nos reinventar diante das restrições e desafios impostos.

Reinvenção, novas perspectivas, recomeços – o movimento traduzido pelo girar da roda convida o leitor a conhecer os projetos educativos desenvolvidos no contexto da pandemia de Covid-19 e que foram contemplados pela 8^a edição do Prêmio Darcy Ribeiro de Educação Museal.

O Prêmio Darcy Ribeiro foi criado com o objetivo de identificar e valorizar projetos e iniciativas de educação museal. Além de receber um prêmio em dinheiro, os contemplados têm seus artigos sobre o projeto premiado publicados nos *Cadernos de Educação Museal: experiências e narrativas*. O primeiro edital do referido Prêmio foi em 2008, ainda no âmbito do extinto Departamento de Museus (Demu), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 2010 a realização do Prêmio passou para as atribuições do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia federal criada para instrumentalizar a implementação da Política Nacional de Museus (PNM) por meio de programas e ações voltadas para o campo museológico brasileiro.

Diferentemente das edições anteriores, o edital de 2021 trouxe uma proposta específica no objeto de premiação: os projetos inscritos deveriam estar alinhados às “práticas e ações de educação museal no período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, num processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade”. Dentre os critérios de avaliação, destaca-se a clareza nos objetivos da ação educativa realizada, sua significância e diversificação; inovação e criatividade quanto à temática; efeito multiplicador; impacto socio-cultural; previsão de acessibilidade e democratização; atenção à diversidade étnica, de gênero, social e cultural. Pontuação adicional foi atribuída às instituições inscritas no Registro Nacional de Museus e também à descentralização geográfica das instituições pelas regiões do Brasil.

Nesse cenário desafiador para os museus e instituições culturais, que fecharam as portas durante meses para o público visitante, que muitas vezes tiveram suas equipes desfeitas e seus trabalhos descontinuados, vislumbrar alcançar seu público por meio das ações educativas exigiu bastante criatividade

e uma série de adaptações e recomeços. Os dez projetos contemplados na 8^a edição do Prêmio Darcy Ribeiro, apresentados nesta publicação, revelam este giro na roda para se colocar em novas perspectivas de desenvolvimento dos trabalhos educativos.

Um olhar para a saúde e para a cura com ervas e plantas medicinais foi o caminho trilhado pelas ações educativas desenvolvidas pelo Ecomuseu Rural, localizado no município de Bom Jardim, interior do estado do Rio de Janeiro. As atividades realizadas durante o período marcado pela pandemia de Covid-19 buscavam a valorização dos saberes e fazeres presentes nos territórios rurais por meio das atividades que estimulavam os cuidados coletivos e o autocuidado com conhecimentos tradicionais. Também fundamentado em uma museologia de base comunitária, o Ecomuseu de Maranguape, situado na cidade de Maranguape, no Ceará, lançou mão da tecnologia ao criar um aplicativo (*app*) para produzir um inventário etnográfico sobre o patrimônio cultural dos territórios das escolas do município.

A realização de atividades remotas foi uma das estratégias encontradas por muitos museus para lidar com o fechamento ao público. O Museu Histórico de São Vicente, no Rio Grande do Norte, realizou a exposição *Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana* no formato virtual e, assim que as condições sanitárias melhoraram, abriu suas portas para o público. O Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara também precisou adaptar suas ações educativas para o formato remoto durante o período de isolamento social, e seguiram firmes na manutenção das oficinas de cerâmica e do projeto “As pegadas da minha rua”, voltado para o patrimônio paleontológico local, articulando atividades de salvaguarda e de comunicação das calçadas icnofossilíferas da cidade.

Procurando driblar a restrição de público no período de quarentena e ainda melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência ao seu acervo, o Museu de Gastronomia Maranhense, localizado na capital, São Luís, adentrou as plataformas *Spotify*, *Google Podcast* e *Youtube* para disponibilizar um áudio guia contendo um conteúdo completo e detalhado sobre o acervo, assim como vídeos em libras para atender pessoas com deficiências auditivas. Por sua vez, o

artigo do Museu Quilombola da Picada, localizado em Ipanguaçu (RN), narra o processo de mobilização comunitária e de ações educativas e culturais realizadas junto às escolas e ao território quilombola, que seguiram adiante frente aos desafios colocados pela pandemia.

Com ações educativas voltadas principalmente para o público escolar, o Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, situado na cidade de Panambi (RS), adaptou o *Projeto Educação Patrimonial em Ação* para novos formatos, incluindo palestras on-line, criação de um canal no *Youtube* para postagem de vídeos e atividades extramuros. A tecnologia também foi utilizada pelo Museu Casa do Poeta Lindolf Bell, em Timbó, Santa Catarina. A elaboração de 13 podcasts, lançados mensalmente em plataformas digitais durante o período da pandemia de Covid-19, apresentou uma gama variada de escritores e pensadores relacionados ao trabalho literário de Lindolf Bell e contribuiu para aumentar e democratizar o acesso ao museu e suas atividades educativas.

Em Camaçari, na Bahia, o Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá focou seu trabalho na formação de facilitadores para atuar como monitores nas visitas a este museu de território. Temáticas relacionadas à museologia, ao patrimônio, ao candomblé e à biografia do babalorixá Pai Procópio Xavier fizeram parte das atividades formativas realizadas tanto no formato virtual quanto no presencial. O projeto Sala 02 - História e Cultura, desenvolvido pelo Museu Antropológico Diretor Pestana, localizado em Ijuí (RS), ofereceu, por meio de transmissão pelo canal do *Youtube*, informações históricas sobre os diversos grupos que constituíram a formação do município, especialmente grupos invisibilizados pelo mito de primazia da colonização europeia. Tal projeto alcançou uma forma interessante de democratizar e transcender o acesso aos discursos apresentados na exposição de longa duração do museu.

O movimento de adaptações e recomeços foi intenso para os museus e seus educativos. A roda girou numa velocidade vertiginosa e abriu uma série de possibilidades, antes inimagináveis. A tecnologia se fez presente, ampliando públicos e democratizando acessos. Ocupamos outros espaços e ganhamos novas perspectivas. Roda mundo, roda!



Ecomuseu Rural de Bom Jardim

Patrimônio cultural das plantas medicinais

Marjorie de Almeida Botelho¹

Claudio Marcio Paolino²

Resumo: O artigo compartilha as ações de educação museal realizadas pelo Ecomuseu Rural durante o período da pandemia do Covid-19. Tais ações, voltadas para a preservação e difusão das práticas de cura com plantas e ervas medicinais, buscam valorizar os agentes que atuam na manutenção e disseminação da importância do uso destas plantas e ervas, da preservação de suas sementes e dos quintais produtivos presentes na flora dos biomas brasileiros.

Palavras-chave: Ecomuseu Rural; ervas e plantas medicinais; erveiras e raizeiras; promoção da saúde.

¹ Psicóloga, mestre em Educação, gestora e produtora cultural, coordenadora pedagógica do Ecomuseu Rural, pesquisadora na área de educação patrimonial e em políticas culturais para territórios rurais.

² Repórter fotográfico, professor de Artes Visuais, coordenador de educação patrimonial através das artes visuais do Ecomuseu Rural e da Biblioteca Rural de Artes Visuais.

Em 2008, o Instituto de Imagem e Cidadania, fundado em 1999, fruto da análise da ausência de equipamentos educativos de cultura nas áreas rurais do interior do estado do Rio de Janeiro, iniciou o planejamento para a construção do Ecomuseu Rural, um espaço educativo de cultura na comunidade rural de Santo Antônio. Desde então, vem desenvolvendo ações de fomento à leitura e às artes em geral; de preservação do patrimônio cultural, material e imaterial presente nestas localidades; de fomento às práticas agroecológicas e de turismo pedagógico rural; e de incidência política para o fortalecimento de políticas públicas de cultura para territórios rurais.

O Ecomuseu Rural localiza-se no distrito de Barra Alegre, no município de Bom Jardim, interior do estado do Rio de Janeiro, que conta com aproximadamente 28 mil habitantes e tem uma população predominantemente rural, tendo uma sede em quatro distritos: Bom Jardim, Barra Alegre, Banquete e Ribeirão. Nossas ações atendem principalmente a população residente no distrito de Barra Alegre, que está em localidades onde não existem muitas alternativas de ampliação do universo cultural. Também atende moradores das comunidades rurais vizinhas, pois estamos na divisa com os municípios de Nova Friburgo e Trajano de Moraes; com o distrito de São Pedro da Serra, principalmente com o vilarejo rural de Vargem Alta – segundo maior produtor de flor do país; e com o distrito de Monte Café – grande produtor de banana. Ambas áreas rurais estão situadas distantes dos centros urbanos e acabam tendo pouco acesso a projetos e atividades culturais oferecidas pelo poder público e/ou por organizações da sociedade civil.

Atualmente, o Ecomuseu Rural é o único equipamento educativo de cultura da região e, dentre as atividades desenvolvidas, estão: acesso à leitura e ao livro; realização de uma programação cultural envolvendo várias linguagens artísticas e expressões culturais; fomento à produção local através do incentivo às manifestações como mineiro pau e folia de reis; preservação do patrimônio material e imaterial das localidades rurais; realização de oficinas com diferentes linguagens artísticas, criando oportunidades para a produção local e estabelecendo parcerias para a realização de atividades de visitas, entre outros. O Ecomuseu Rural oportuniza, assim, a possibilidade de vivenciar a dimensão da cultura em suas trajetórias de vida.



Foto 1: Ecomuseu Rural.

Nossa sede possui algumas estruturas, tais como: a Biblioteca Conceição Amaral Knupp, Galpão de Artes Mafort, Ecomuseu Rural e Biblioteca Rural de Artes Visuais. E também temos uma cozinha comunitária, um alojamento para hospedar grupos parceiros, colaboradores, residentes artísticos, amigos do ponto de cultura rural, entre outros; além de galinheiro, horta comunitária, e área para *camping*. Estamos numa área de 10m², em meio à Mata Atlântica, próximos à área de proteção ambiental de Macabu e de Macaé de Cima, numa região considerada de interesse geológico por conta da antiguidade de suas pedras, que remonta ao período do deslocamento das placas tectônicas, cuja pedra conhecida como Pedra Aguda tem sua outra metade na África.

A Biblioteca Conceição Knupp Amaral foi uma homenagem às mulheres do campo. Seus livros fazem parte do prêmio “Ludicidade” do Ministério da Cultura, recebido pela entidade por conta do reconhecimento do trabalho de valorização

da memória local com fotografia artesanal. Essa ação garante o acesso ao livro e estimula a leitura através de atividades, tais como: contação de história, apresentação teatral, de dança e música, além de oficinas com diversas linguagens artísticas que estimulam a criatividade e fomentam a produção artística.

O Galpão de Artes foi todo construído em madeira pelo agricultor Zaga Mafort e tem na sua arquitetura a lembrança das construções realizadas pelos antigos moradores. Esse espaço, batizado como Galpão de Artes Mafort, homenageia a família Mafort, em especial o Zaga e o Toninho, que cumpriram um importante papel para o desenvolvimento desta região na época do plantio do café e também na preservação das folias e da produção de balaios com taquara. Esse espaço tem sido ocupado por diferentes atividades como apresentações de teatro, de circo, rodas de conversa, ensaios do grupo folclórico, do mineiro pau, encontro de folias, entre outros.

O Ecomuseu Rural, reconhecido pela Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto Brasileiro de Museus, realiza ações voltadas para a preservação da memória e do patrimônio cultural rural através da realização de oficinas de educação patrimonial, ambiental, conhecimentos tradicionais, cultura popular e educação alimentar. Entre as ações, destacam-se a produção de livros, inventários do patrimônio cultural, documentários e exposições sobre os saberes e fazeres presentes nas comunidades rurais, além da realização de percursos rurais pelas residências de mestres populares, por fazendas antigas e nas propriedades de famílias que produzem broas no forno, milho no moinho, entre outros.

A Biblioteca Rural de Artes Visuais tem um acervo constituído por livros, DVDs, CDs de artes visuais indicados pela FUNARTE e uma exposição permanente de máquinas fotográficas antigas. As ações da biblioteca visam fomentar a leitura visual e as artes visuais por meio de oficinas que envolvem diferentes linguagens artísticas, tais como fotografia, cinema, escultura e pintura. Atualmente, existem 13 bibliotecas de artes visuais no país, sendo que apenas a nossa está numa comunidade rural. Somos um espaço educativo que vem contribuindo para a valorização e preservação dos modos de vida presentes nos territórios rurais.



Foto 2: Entrega de cestas de autocuidado.

Desde o início da pandemia, o Ecomuseu Rural (ponto de cultura rural) vem desenvolvendo ações educativas que possibilitam valorizar os saberes e fazeres presentes nos territórios rurais, em especial as práticas de curas com ervas e plantas medicinais, promovendo atividades que estimulem os cuidados coletivos e o autocuidado com conhecimentos tradicionais. As ações envolvem: distribuição de cestas de autocuidado com pomadas, tinturas, óleos de massagem, spray para ambientes, compressas e xaropes; geração de renda para mulheres, erveiras e raizeiras, guardiãs dos conhecimentos tradicionais e para coletivos de saúde comunitária; produção de cadernos e livros que estimulam a autonomia nos cuidados com plantas medicinais; rodas de conversa e cursos virtuais, e mais recentemente presenciais, com mestres da sabedoria popular envolvendo temáticas que valorizam práticas de cura e de cuidados presentes nas comunidades rurais.

Realizamos em parceria com o GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro, constituído por agricultoras rurais e urbanas, quilombolas, povos tradicionais, raizeiras, benzedeiras, erveiras, artesãs, terapeutas populares, culináristas, estudantes e educadoras populares, a produção da Cesta do Cuidar-se e do caderno pedagógico para compartilhar experiências de

cuidado com o corpo, com o lar, com as crianças, com as idosas e idosos e com as mulheres. Essa proposta surgiu do GT Mulheres por conta da necessidade de compartilhar sugestões focadas no autocuidado, fortalecimento das defesas do corpo, bem-estar e preservação da saúde integral – física, mental e espiritual - para mulheres que atuam na agricultura familiar e na agroecologia e que estavam na linha de frente de ações comunitárias e de solidariedade em suas comunidades, distribuindo alimentos e itens de proteção contra a Covid-19. Essa ação alcançou 185 mulheres, presentes em diferentes regiões, que receberam o caderno e a cesta com itens produzidos por mulheres, como pomada, tintura, óleo de massagem e máscara de proteção.

Também realizamos, em parceria com o Coletivo Grãos de Luz, composto por erveiras, raizeiros e terapeutas, ações voltadas para a distribuição de cestas com conhecimentos tradicionais para moradores, famílias agrícolas e mulheres rurais e da periferia da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Essa atividade tem contribuído para difundir informações sobre inúmeras ervas que estão presentes na Mata Atlântica e estimular a produção de remédios caseiros com as ervas presentes nas comunidades. Até o momento, distribuímos 120 cestas com tinturas, pomadas, cápsulas de carvão ativado, compressa, entre outros, com recursos oriundos de contribuições de pessoas que apoiam nossas atividades. Ao longo deste período, também doamos diversos itens para várias pessoas que buscam pelos produtos na nossa sede e na casa das erveiras que integram o Coletivo Grãos de Luz.

Além da distribuição de cestas, temos realizado ações para disseminar práticas de autocuidado através da realização de rodas de conversa e cursos virtuais. Destacamos as que envolveram as temáticas “Mulheres, Agroecologia em Tempos de Pandemia”, “Mulheres, Autocuidado e Cuidado Coletivo com Ervas Medicinais”, “Experiências sobre cuidado envolvendo agroecologia, cultura e saúde” e “Saberes Ancestrais sobre manipulação e uso de ervas medicinais em chás, pomadas, tinturas e xaropes” que envolveu mulheres de diferentes estados brasileiros que cuidam de quintais produtivos com ervas e plantas medicinais e que desenvolvem ações de saúde comunitária em suas localidades. E também a realização da oficina com integrantes da Rede Nacional de Pontos

de Cultura e Memória Rurais que contou com o incentivo do Edital de Apoio a Redes 2020: Covid-19 e Redes Culturais Comunitárias do programa IberCultura Viva.



Foto 3: Material de divulgação da ação educativa.

Em parceria com o Coletivo Grãos de Luz promovemos os cursos “Cuidando do Corpo com Terapias Caseiras” que abordou práticas que estão presentes em nossas comunidades, como produção de pomadas com ervas medicinais, feitura de tintura, óleos de massagem, compressas e escalda pés; e o “Promovendo

“Saúde com Saberes Ancestrais” que abordou sobre preparamos de chás, práticas de ventosas com xícaras e de camas terapêuticas com ervas, utilização das frutas, temperos e sucos para os cuidados com o corpo, montagem de quintais produtivos em sítios e apartamentos. E também a oficina presencial de produção de pomada e tintura no assentamento rural em Casimiro de Abreu, reinaugurando um ciclo de atividades formativas, que irá percorrer territórios tradicionais para disseminar a produção destes itens.



Foto 4: Produção de pomadas e tinturas.

Além das rodas e dos cursos, temos sido convidados para participar de inúmeras atividades para compartilhar a importância da realização de ações emergenciais em tempos de pandemia, como por exemplo: Mulheres do campo e a cura através das plantas e rezas/Fundação Cepema; Autocuidado em

tempos de pandemia: saúde e cultura conectando campo e cidade/Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro; Turismo e Cultura Viva Comunitária como caminhos para o cuidado com a natureza/Centro Cultural Multiverso, Experiências em Redes/Rede Agroeco UFRJ, (Auto)Cuidado entre ativistas/Coletiva Caiana; Pontos de Cultura e a Pandemia/Extensão UFRJ, entre outros.

Por fim, temos contribuído com a produção de livros de bolso, chamados de livretos, com informações voltadas para promover a autonomia na produção de produtos com plantas medicinais e para preservar os conhecimentos tradicionais e oficinas com ervaíreas da região para valorizar a importância destas guardiãs das medicinas das florestas e para contribuir com a geração de renda para essas mulheres. Caixinhas de autocuidado com itens produzidos por diferentes mulheres da região estão sendo comercializadas para gerar recursos para as mulheres das comunidades onde são realizadas nossas ações, visando também contribuir com as ações que realizamos em parceria com coletivos da região na área da tradicionalidade e do patrimônio das plantas e ervas medicinais.

As atividades promovidas pela ação educativa, a saber: rodas de conversas e os cursos virtuais e recentemente presenciais, livros de bolso, distribuição de cestas com conhecimentos tradicionais e geração de renda para mulheres rurais e coletivos de saúde comunitária, têm permitido aos participantes conhecerem mais profundamente sobre plantas medicinais, identificando suas espécies, sua forma de armazenamento e plantio, de produção e seu uso em animais, ambientes e pessoas, possibilitando, assim, replicar esse conhecimento em seus territórios e em seus ambientes familiares. A dimensão educativa desta iniciativa pode ser vivenciada em todas as etapas desta ação, que pode ser replicada em diferentes comunidades e biomas, pois temos plantas medicinais e guardiãs e guardiões destes conhecimentos tradicionais em todo o território brasileiro, mas que, por vezes, ficam invisibilizados em suas comunidades.

O impacto sociocultural da ação educativa está associado à importância da prevenção e dos cuidados, estimulando redes sociais solidárias de promoção da saúde e da vida, mobilizando recursos que estão disponíveis nos biomas brasileiros. Ações como as que estamos realizando contribuem para a valorização dos saberes voltados para práticas de cura, promoção e prevenção da saúde

com plantas medicinais, patrimônio imaterial que revela saberes e fazeres, que refletem a identidade cultural de um povo cujas origens estão ancestralmente ligadas à vida em comunhão com as florestas.

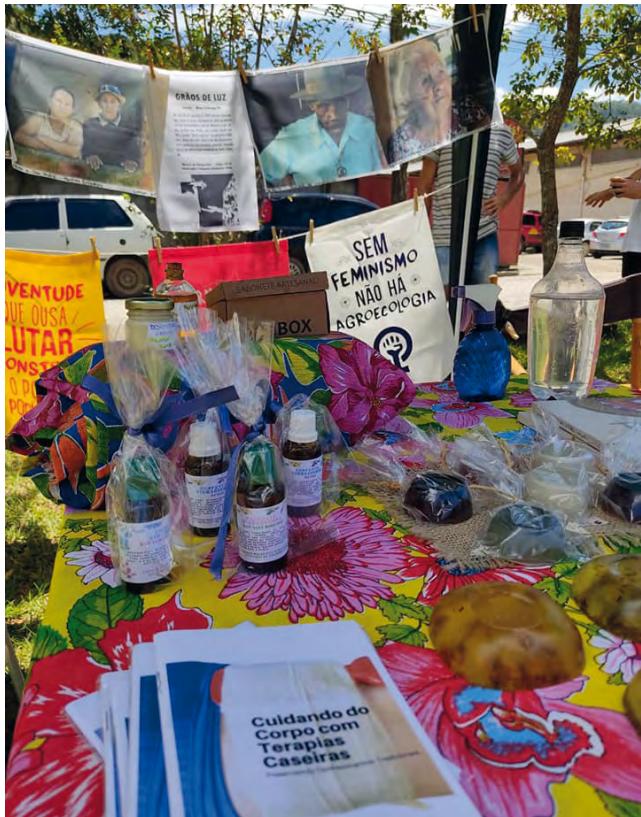


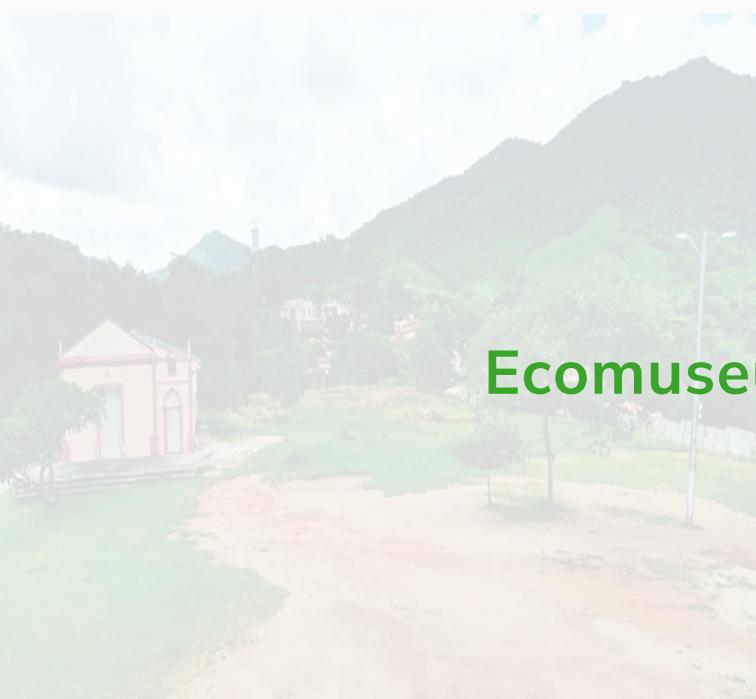
Foto 5: Valorização da sabedoria popular.

Na realização destas ações voltadas para a preservação dos conhecimentos tradicionais e para o incentivo do debate sobre a tradicionalidade das plantas medicinais, temos utilizado como fundamentação teórica as categorias: “cultura popular”, “patrimônio cultural imaterial” e “memória”, resgatando através da tradição oral esses saberes junto aos moradores, mestres e mestras, erveiras da região onde desenvolvemos nossas ações locais. As comunidades

tradicionais estabelecem com a natureza uma relação de pertencimento, respeito e proteção. Em especial, os povos das florestas, das águas e do campo utilizam as plantas como parte integrante da cultura popular, sendo que as mulheres se destacam no cultivo, manuseio e preparo de medicamentos feitos com plantas, haja vista que, historicamente, são as responsáveis pelo cuidado da família, dos filhos e dos idosos. O uso de plantas medicinais remonta ao início da civilização, acompanha a história da humanidade desde os povos antigos, como egípcios, gregos, hindus e persas, e sempre foi repassado de geração para geração, constituindo um patrimônio histórico cultural imaterial importante para as sociedades humanas, e expressão da criatividade e diversidade. Esse conhecimento oriundo da cultura popular constitui elemento do patrimônio e se mantém vivo nos tempos atuais, como comprovam os estudos da fitoterapia. Por isso é importante a manutenção do saber popular sobre o uso dessas plantas medicinais e sua preservação como “práticas de rituais” e “modos de fazer”.

Preservar esse recurso natural é preservar a cultura, a história de um povo, o patrimônio genético dos biomas. Portanto, a realização de ações educativas no museu para torná-lo cada vez mais inclusivo tem sido uma meta nas ações voltadas para a salvaguarda das plantas e ervas medicinais. Acreditamos ser de suma importância a conscientização da população sobre a relevância desta herança cultural e genética que, para se manter viva, precisa ser preservada. A natureza proporciona ao homem uma infinidade de plantas com valores medicinais e a flora brasileira é uma rica fonte de ervas que podem auxiliar no tratamento e prevenção de vários males. Se nossos ancestrais contavam apenas com o conhecimento empírico, atualmente dispomos de inúmeras pesquisas que comprovam as propriedades medicinais de diversas plantas.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Ecomuseu Rural. Créditos das fotos 1, 4 e 5: Cláudio Paolino. Créditos da foto 2: Carol Paixão.



Ecomuseu de Maranguape

Projeto CONSIGO: educação patrimonial interdisciplinar no Ecomuseu de Maranguape

Nádia Helena Oliveira Almeida¹

Resumo: Coordenado pelo Ecomuseu de Maranguape, o projeto CONSIGO foi realizado de modo remoto e pioneiro no lançamento de um aplicativo (*app*) de museologia comunitária para a salvaguarda participativa do patrimônio cultural. O presente artigo apresenta as atividades e os resultados deste projeto que se valeu de elementos da etnografia digital para produzir um inventário etnográfico sobre o patrimônio cultural dos territórios das escolas do município de Maranguape.

Palavras-chave: Ecomuseu de Maranguape; museologia; patrimônio cultural; escola pública; comunidade; tecnologias da informação.

¹ Museóloga, geógrafa e doutoranda em Ciências da Educação na Universidade do Porto (FPCEUP). Coordena desde 2006 o Ecomuseu de Maranguape e integra desde 2013 a diretoria executiva da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC).

O Ecomuseu de Maranguape: possibilidades e perspectivas

O distrito de Cachoeira, um dos 17 distritos do município de Maranguape, situa-se na região metropolitana de Fortaleza, localizado a 50 km de distância da capital do estado do Ceará (ver imagem 1). A organização comunitária da população de Cachoeira tem como marco histórico sua emancipação fundiária, quando da aquisição da terra onde moravam e trabalhavam. Para tanto, criou-se, em 1973, uma associação de agricultores – o Comitê Agrícola de Cachoeira – que permitiu a 30 famílias locais a gestão coletiva da terra e a condução autônoma de projetos em agricultura familiar e de segurança hídrica. Um ano antes da criação dessa associação de agricultores, fora constituída uma outra associação, o Centro Comunitário de Cachoeira, para apoiar ações no âmbito da promoção social. Ambas instituições, desde então, assumiram a gestão nessa terra coletiva de cerca de 300 hectares, de um importante patrimônio histórico arquitetônico, composto por um casarão, uma capela e um açude (imagem 2), construídos no período colonial. Um típico conjunto arquitetônico da época, erguido pelo trabalho escravo entre os anos de 1840 e 1860, que outrora representava a opressão do colonizador europeu, primeiramente sobre a população indígena, ocupantes originais da região. Contudo, predominantemente em meados do século XIX, a sociedade brasileira assumia o cume de uma sociedade escravocrata. Corroborando com esta perspectiva sobre como os processos sócio-formadores dos territórios brasileiros expressam o grau da opressão suportada pelas populações locais, Darcy Ribeiro (1995, p. 256) nos apresenta a seguinte questão: “[...] do negro escravo que pede alforria, do caipira, do sertanejo, do caboclo paupéríssimo que desejam escapar da opressão e da subordinação para viverem uma vida mais vivível.”

Esse desejo de “viver uma vida vivível”, em certa medida, explica a razão da histórica organização comunitária do distrito de Cachoeira, principalmente na figura de suas duas associações criadas na década de 1970. Mais de três décadas depois, em 2005, se dá o processo de criação do primeiro ecomuseu comunitário do estado do Ceará. Processo decorrente da parceria da Escola Municipal José de Moura e por meio da elaboração da Agenda 21 local pela comunidade de

Cachoeira. Desta forma, seguiu-se a inauguração do Ecomuseu de Maranguape em 12 de outubro de 2006. Portanto, a gênese social do Ecomuseu de Maranguape encontra no campo da educação seu principal alicerce, que continua a orientar a sua missão, visão e valores. Ademais, de acordo com Hugues de Varine (2014, p. 29), o museu comunitário “[...] é mais bem descrito como processo [...]” como “[...] ser vivo, como a própria comunidade [...]”, pressupostos estes – educação e ação comunitária - que continuam a mobilizar a práxis museológica (função social e o plano museológico) do Ecomuseu de Maranguape.

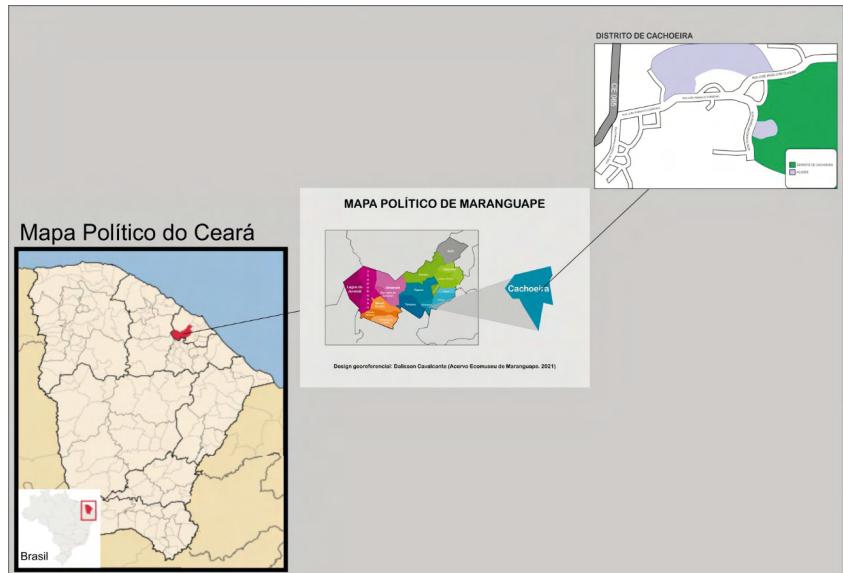


Imagem 1: Mapa político do Ceará, Maranguape e Cachoeira, IBGE 2010.

Ao completar 15 anos de existência em 2021, o Ecomuseu de Maranguape desenvolveu projetos estruturantes para a sua práxis museológica, a saber: o projeto Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape; o projeto Juntos pela Educação Integral; e o Programa em Educação Patrimonial Agentes Jovens do Patrimônio Cultural de Maranguape, que, respectivamente, produziram os conteúdos programáticos para os eixos-temáticos de meio ambiente, educação e cultura.



Imagen 2: Casarão, capela e açude.

O projeto “Rede de Tecnologias Sociais de Maranguape” foi certificado no banco de boas práticas em Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil, com duas Tecnologias Sociais: Ecomuseu e Organização Comunitária (2010) e Ecomuseus e Escolas: cocriando comunidades educadoras sustentáveis². O projeto “Juntos pela Educação Integral” produziu uma experiência socioeducativa inédita relacionada à iniciativa museológica local: a fusão de tempos e espaços educativos entre escola e museu. Ou seja, o Ecomuseu de Maranguape e a Escola Municipal José de Moura desenvolveram em parceria, entre os anos de 2012 e 2015, um mesmo projeto político-pedagógico³ fundamentado na abordagem problematizadora e humanista de Paulo Freire, nomeadamente quanto às ideias do autor sobre as categorias *Práxis, Inédito Viável e da Leitura de Mundo*. Ademais, estas categorias poderiam ser sintetizadas na seguinte proposição de

² Acessar em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/ecomuseus-e-escolas-cocriando-comunidades-educadoras-sustentaveis>.

³ Acessar em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/12/18/ecomuseu-se-funde-com-escola-e-comunidade-em-maranguape/>

Freire (2018, p. 83): “Não há palavra verdadeira que não seja Práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo”.

O “Programa Agentes Jovens do Patrimônio Cultural” foi uma proposta em educação patrimonial desenvolvida pelo Ecomuseu de Maranguape como um Ponto de Cultura⁴. Iniciado em 2008, o programa com duração de 3 anos formava a cada turma trienal 30 estudantes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II da escola local do distrito de Cachoeira. Desta forma, até 2016, foram realizados 4 programas de formação em educação patrimonial (imagem 3), envolvendo diretamente 120 estudantes nas atividades socioeducativas e indiretamente mais de 1.500 habitantes de toda a comunidade escolar local (professores, famílias e comunidade em geral) da Escola Municipal José de Moura. O programa contou também com mais de 200 visitantes ao ano.



Imagem 3: Para cada um dos quatro programas de formação “Agentes Jovens do Patrimônio Cultural” correspondia um uniforme com cores diferenciadas das camisetas.

⁴ O Ecomuseu de Maranguape também é um Ponto de Cultura, selecionado em 2008 por meio de edital da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Visando o aprimoramento da função educativa e, neste sentido, também colaborar com os demais museus e ecomuseus comunitários brasileiros, no ano de 2016, em parceria com a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC)⁵, o Ecomuseu de Maranguape promoveu a IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária com o tema "Cocriando Comunidades Educadoras" (imagem 4) e contou com a convidada-formadora e pesquisadora Teresa Morales, coordenadora da Rede de Museus Comunitários de Oaxaca, México (imagem 5).



Imagen 4: Banner temático da IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária, 2016.

⁵ A Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC) foi criada em 2006 e tem como missão: “(...) fomentar a criação, fortalecimento, apoio e difusão dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio cultural como instrumento de emancipação humana e social”. Disponível em: <https://abremc.blogspot.com/>



Imagen 5 – Teresa Morales em atividade na IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária em Maranguape, 2016.

O projeto CONSIGO - Juventude e patrimônio cultural

O Projeto CONSIGO - Juventude e patrimônio cultural, premiado no 11º Prêmio Ibermuseus de Educação em 2020, e no 8º Prêmio Darcy Ribeiro do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2021, consolida, como visto nos relatos sobre os projetos, o percurso de 15 anos de existência do Ecomuseu de Maranguape. Começando pelo aspecto da inovação, o Projeto foi pioneiro na museologia comunitária brasileira, com a criação de um aplicativo em educação patrimonial (*app CONSIGO*) para dispositivo móvel com o objetivo geral de desenvolver uma cultura de salvaguarda comunitária do patrimônio cultural (imagem 6).



Imagen 6 – Interfaces e funcionalidades do app CONSIGO, 2021.

O Projeto CONSIGO concluiu a sua primeira fase de implementação entre os meses de janeiro a junho de 2021 e contemplou diretamente em suas atividades aproximadamente 2 mil estudantes e 200 profissionais de 25 escolas públicas dos 17 distritos de Maranguape. Os aportes teóricos e metodológicos das suas atividades fundamentaram-se nos trabalhos de Freire (1970; 2018), Ausubel (2003), Geertz (2008), Pelegrini (2008), Varine (2012), Almeida (2018), Ferraz (2019). Para tanto, o Projeto CONSIGO desenvolveu, durante 6 meses, com estudantes, professores e coordenadores pedagógicos do ensino fundamental II, as seguintes atividades:

- 1) Utilização do *app* CONSIGO para dispositivos móveis como recurso pedagógico;
- 2) Produção de um inventário etnográfico sobre o patrimônio cultural local dos 17 distritos de Maranguape;
- 3) Realização de Encontros Formativos temáticos com estudantes, professores e coordenadores pedagógicos, com os seguintes temas: desenho, tecnologia da informação e comunicação, conservação preventiva, museologia comunitária (imagem 7);
- 4) Formulação de um programa em Educação Patrimonial Interdisciplinar com 25 escolas públicas de Maranguape.



Imagen 7: Card com a programação dos Encontros Formativos, 2021.

Para concluir este artigo, apresentam-se os resultados práticos para cada um dos públicos envolvidos, ações em andamento que assumem a premissa que:

Uma identidade territorial e comunitária forte é sempre fundada, ao menos parcialmente, sobre a riqueza e sobre a qualidade do patrimônio, mas também sobre a relação estreita e cultural entre os habitantes (a comunidade viva) e o seu patrimônio. (VARINE, 2012, p. 97).

Sendo assim, elencamos as seguintes ações-resultados:

- a) realização do Inventário Etnográfico, uma pesquisa participante que os estudantes do 6º ao 9º anos desenvolveram em seus territórios utilizando quatro Diários de Campo aplicados entre os meses de abril a junho de 2021, objetivando a recolha de dados para a formulação da proposta mais contextualizada possível para o programa de educação patrimonial interdisciplinar;
- b) os encontros formativos ocorriam mensalmente para abordar, com os estudantes e professores, conceitos e temas relativos à museologia comunitária e para o planejamento, avaliação e correção de rumos do andamento do projeto. Como resultado, emergiram oito iniciativas museológicas que concorreram para gerar a organização de uma política pública em museologia comunitária, a Rede de Museologia Comunitária de Maranguape;
- c) todos os conteúdos abordados, pesquisados, mapeados e os resultados da análise e interpretação dos dados dos Diários de Campo, dos Encontros Formativos e das iniciativas autônomas das escolas, foram e continuam sendo disponibilizados no *app* CONSIGO para o acesso facultado gratuitamente a todos os membros das comunidades escolares do município de Maranguape;
- d) articulação da Rede de Museologia Comunitária com oito iniciativas museológicas que emergiram do Projeto CONSIGO e desenvolvimento do Projeto Maranguape Cidade-Museu⁶ (mapeamento realizado por estudantes do

⁶ O Projeto Maranguape Cidade-Museu surgiu como uma demanda do Projeto CONSIGO e está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Cultura de Maranguape (Fundação de Turismo, Esporte e Cultura – FITEC), com a Secretaria Municipal de Educação e com o Conselho Municipal de Educação. A primeira fase deu-se entre os dias 15 e 16 de junho de 2021 e a consolidação do projeto ocorrerá durante o primeiro semestre de 2022. Ver vídeo: <https://youtu.be/qRyRvSRDR74>

patrimônio cultural e com acesso digital por meio do *Quick Response Code* – QR-CODE – um código de barra bidimensional).

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Ecomuseu de Maranguape.

Referências Bibliográficas

- ABREMC (Associação Brasileira de Ecomuseus e Museu Comunitários). *ABREMC: Uma organização a serviço da museologia comunitária brasileira*. Rio de Janeiro, 2020.
- ALMEIDA, Nádia Helena Oliveira. *Educação Patrimonial & Criatividade: Território, Empatia e Aprendizagem nos Ecomuseus e Museus Comunitários*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2018.
- AUSUBEL, David. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Rio de Janeiro: Plátano, 2003.
- DE VARINE, H. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- FALK, Josef., & DIERKING, Lynn. *Learning from Museums. Visitor experiences and the making of meaning*. Toronto: Altamira, 2000.
- FERRAZ, Patrícia Corrêia. (2019). “A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line”. In: *Aurora: revista de arte, mídia e política*, 2019. pp. 46-69.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento, 2018.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- GOMES, Cândido Alberto. *Darcy Ribeiro*. Recife: Editora Massangana, 2010.
- IBERMUSEUS. Portal da Secretaria Geral-Iberoamericana. Disponível em <<http://www.ibermuseos.org/pt/>> , acesso em 2 de outubro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972*. Brasília: Ibram, 2012.

NOVAK, Josef. “A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los”. In: *Práxis Educativa*, jan-jun de 2010, pp. 9-29.

OCAMPO, Caucarema; LERSCH, Teresa Morales. *Memoria: Red de Museos Comunitarios de America*. Ciudad de Oaxaca: Red de Museos Comunitarios de America, 2016.

PELEGRINI, Sandra. “A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade”. In: *Histórica*, 2008.

PROJETO CONSIGO. *Inventário Etnográfico. Diário de Campo 1*. Maranguape, Ceará, Brasil, 2021.

RIBERIO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TODOS NÓS SONOS
LUIÍZA



Museu de São Vicente – RN

Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana

Rafaela Cláudia dos Santos¹ *et al.*

Resumo: As atividades em torno da exposição *Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana* são fruto da atuação conjunta de membros e colaboradores voluntários do Museu de São Vicente-RN em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A ideia da exposição surgiu a partir da constatação do desconhecimento da história indígena por uma parcela da sociedade vicentina e das lacunas existentes no ensino formal local no que diz respeito à temática.

Palavras-Chave: Museu de São Vicente-RN; presença indígena; Luíza.

¹ Diretora do Museu Histórico de São Vicente/RN, mestrandona Ciéncia da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Em funcionamento apenas desde o primeiro semestre de 2019, o Museu Histórico de São Vicente-RN, tem-se mostrado uma instituição de sucesso justamente por ter nascido de ações conjuntas tanto com a comunidade do município em que está inserida, quanto através de parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), principalmente com o Museu Câmara Cascudo e o Departamento de Antropologia. Além disso, desde o ano de 2020 foram firmadas parcerias com o Museu do Seridó/UFRN, com o Mestrado em História dos Sertões/UFRN e com o Museu Histórico de Acari, vinculado à Prefeitura Municipal de Acari-RN.

Ainda em 2020, por iniciativa dos agentes culturais voluntários do museu, institucionalizou-se, de forma embrionária, o Ponto de Memória Museu Comunitário Quixabeira, o que possibilitou o financiamento de uma exposição sobre a temática indígena, utilizando os recursos da Lei Aldir Blanc, como será tratado adiante.

As parcerias geraram bons frutos, sobretudo aquelas firmadas com o Departamento de Antropologia e o Museu Câmara Cascudo, pois está sendo possível realizar pesquisas sistemáticas relacionadas à temática indígena em São Vicente, que envolvem também uma história indígena referente à região da Serra de Santana ou do Seridó, com relação à região da Serra de Santana ou do Seridó, cujo conteúdo, inclusive, conta com diversas publicações (MEDEIROS FILHO, 1984; PUNTONI, 1998; CAVIGNAC, 2003; MACEDO 2011; 2013; SILVA, 2015, dentre outras). Tal assunto, desde o início do museu, foi alçado como um dos prioritários da instituição, em virtude de sua representatividade no que concerne à história e cultura local. Luíza, mulher indígena onipresente nas memórias sobre a origem de São Vicente, seria, segundo os moradores, a mais antiga habitante do referido espaço, prova disso é que a personagem está presente na toponímia local, sendo o povoado de São Vicente inicialmente denominado de “Luíza” (CASCUDO, 1968; SOARES, 1997).

Dessa maneira, por meio da parceria com o Departamento de Antropologia da UFRN, firmada através dos projetos de extensão *Luíza e a presença indígena: memória e história na Serra de Santana (RN)* (2020) e *A presença indígena no Seridó: as luízas de São Vicente/RN* (2021), desenvolvemos uma exposição sobre

o tema indígena em São Vicente, conectada com o contexto regional. Esta, de início, foi realizada em formato virtual, através de um vídeo², em virtude dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19.

Em setembro de 2021, em decorrência da diminuição dos casos da Covid-19 em todo o Brasil, com a possibilidade da volta às aulas presenciais por parte dos estabelecimentos de ensino da rede básica municipal – visto que o nosso público-alvo são os estudantes – a referida exposição pôde tomar um formato presencial³. Para tanto, a mostra contou com o financiamento da Fundação José Augusto, através do edital estadual da Lei Aldir Blanc, proposta pelo projeto Museu Quixabeira, composto por colaboradores voluntários, os quais são agentes culturais engajados no trabalho com o Museu Histórico de São Vicente.

Nessa perspectiva, a exposição tem como título *Luíza: histórias e memórias na Serra de Santana*, objetivando despertar a memória dos visitantes, questionar elementos identitários, apontar para a necessidade da preservação dos sítios arqueológicos e valorizar elementos da cultura regional, em especial da Serra de Santana. Uma vez constatado que diversos moradores, sobretudo com idade superior a 50 anos, conhecem e são narradores da história indígena local, percebeu-se, entretanto, que há uma parcela da sociedade que desconhece essa ancestralidade. Tal fato se reflete também no que diz respeito aos conhecimentos perpassados no ensino formal.

Além disso, vale destacar, na exposição citada, o trabalho de discussão acerca do pertencimento e da valorização da herança indígena local, trazendo as evidências arqueológicas do município para dentro do museu. Seja através de exposição de materiais arqueológicos (fragmentos de vasilhas em cerâmica, lâminas de machados e mãos de pilão em pedra polida e artefatos em pedra lascada), emprestados por moradores que os guardam devido a sua representatividade, ou de fotografias e mapas de locais com pinturas rupestres e outros

² Ver vídeo através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=reVGQABDzuQ&t=2s>

³ Ver vídeo que faz parte da exposição física através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=reVGQABDzuQ&t=2s>

sítios arqueológicos, assim como, contando com a participação de moradores/narradores de saberes através de gravações.

Na exposição, utilizamos a metodologia do circuito. Sendo assim, para começar o percurso dos visitantes, os mediadores fazem uma introdução geral explicando como surgiu a exposição. Após isso, é exposto um vídeo de abertura da mostra com dois moradores falando de suas heranças indígenas e da ideia de pertencimento, reconhecendo-se como descendentes de indígenas. Ao final, são mostrados depoimentos de algumas mulheres de São Vicente chamadas “Luíza”, o que marca também a presença e a ligação dessa nomenclatura com a personagem histórica, trazendo a narrativa de mulher forte, resistente e guerreira.



Foto 1: Crianças assistindo ao vídeo de abertura da exposição *Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana*.



Foto 2: Painéis com imagens dos sítios arqueológicos.

Dando seguimento, é iniciado o circuito dos painéis sobre as evidências arqueológicas. É importante ressaltar que durante toda a exposição é utilizada a metodologia do diálogo, isto é, busca-se interagir com os conhecimentos e experiências dos visitantes acerca da temática.

Nessa linha de raciocínio, os mediadores dão início ao circuito dos painéis, primeiro abordando o mapa do município, localizando os visitantes no território de São Vicente e região, mostrando os sítios arqueológicos e explicando que dispomos de imagens ampliadas ao longo do percurso.

Na parte em que utilizamos um mapa, identificam-se as duas populações indígenas conhecidas que habitaram o território de São Vicente, sendo elas os Tupinambá e os Tarairiú, e explicam um pouco sobre características específicas de cada grupo, a partir de pesquisas realizadas (SOARES, 1997; MACEDO, 2013; NOGUEIRA, 2011; NOGUEIRA; MAFRA, 2013; SILVA, 2015). Depois, é aberto um diálogo com os visitantes, perguntando se eles já conhecem ou tenham ido a sítios arqueológicos no município ou na região. Após isso, o percurso vai passando pelos painéis dos sítios arqueológicos, inicialmente os sítios com

pinturas rupestres. Na parte que expõe os sítios com pinturas rupestres, os mediadores também fazem perguntas com intuito de instigar a participação dos visitantes, abordando sobre a representatividade dessas formas de expressão e a própria necessidade humana de deixar suas marcas. Nesse ponto, tocamos em um assunto relevante para a exposição que é a preservação desses patrimônios, no sentido de tentar sensibilizar para que as pessoas, ao visitarem locais com vestígios arqueológicos, tenham cuidados específicos visando a sua salvaguarda para a posteridade.

Ainda no que concerne aos painéis que representam vestígios arqueológicos, é explicado que, além dos locais com pinturas rupestres, existem aqueles em que os vestígios são indícios de moradias e objetos da vida cotidiana (fogueiras, vasilhas em cerâmica e pedras lascadas e polidas), sepultamentos humanos, dentre outros. Além disso, os mediadores dialogam com os visitantes sobre já terem visto ou se já tinham conhecimento desses materiais arqueológicos.

Após os painéis, o circuito segue em direção às mesas expositoras que contêm achados arqueológicos, os quais também são marcadores da presença indígena na região. Esses artefatos são: mãos de pilão, fragmentos de vasilha em cerâmica, instrumentos em pedra lascada e em pedra polida (batedor e lâminas de machado polidas). Sendo tais artefatos de posse de moradores locais, foram emprestados por estes. Nesta parte, os mediadores também buscam explicar sobre a necessidade das pessoas, ao encontrarem algum desses vestígios arqueológicos, informarem aos órgãos responsáveis. É citado que, embora os materiais arqueológicos da exposição sejam de moradores, essa prática não é incentivada porque o patrimônio arqueológico deve ser tratado com muito cuidado, para que possamos entender mais sobre nossa história, pois a retirada de vestígios arqueológicos do local descaracteriza o sítio arqueológico.

Dando continuidade ao percurso da exposição, após falarem sobre os instrumentos e utensílios indígenas, os visitantes são direcionados para a parte da exposição que dialoga com as características indígenas, falando sobre as pinturas de Eckhout (pintor holandês do século XVII) que retratou os Tarairiú e os Tupi. Ao final, o trajeto da exposição termina com a narrativa de “todos e todas somos Luíza” para justamente discutirmos essa presença inegável dos

nossos ancestrais indígenas. Concluímos com a certeza de que a história indígena não foi extermínada. Na realidade, os “índios somos nós”, como falou o senhor Otacílio Onofre no vídeo de abertura da exposição. Desse modo, a história indígena, tal qual a de Luíza, é uma história de resistência, merecendo ter seu devido destaque e reconhecimento.



Foto 3: Mesas expositoras com materiais arqueológicos.

Na parte final da referida exposição é evidenciada a narrativa “Todos e todas nós somos Luíza” que vem interligada com um painel de fotografias de pessoas da atualidade que residem em São Vicente e que possuem características expressivas que evidenciam a sua ancestralidade indígena. Mas, ao explicar essa parte final, o principal argumento é que mesmo que não tenhamos

fenótipos marcadamente indígenas, possuímos forte herança dos povos originários, as quais se refletem também em nossa cultura.



Foto 4: Painel *Todos e todas nós somos Luíza*.

A exposição *Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana*, atende a um público escolar amplo. Conseguimos atingir desde o Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, e que também estudantes do nível superior, mas nosso foco é a rede básica de ensino. Já estamos trabalhando para ampliar a visitação para alunos das redes de ensino dos municípios vizinhos, bem como fazer adaptações para tornar a exposição itinerante, visando outras cidades do Rio Grande do Norte, em especial as que compõem a região da Serra de Santana e do Seridó.

Dessa maneira, existe um trabalho em torno da adequação da comunicação para os diferentes públicos escolares. Assim, os mediadores usam uma linguagem lúdica com as turmas do Fundamental I, buscando comparações com suas vivências. Com os adolescentes do Fundamental II e Ensino Médio, por sua vez, é possível explicar termos mais técnicos e complexos. Além disso, no ano de 2022, buscaremos expandir o público e fazer algumas adaptações na exposição, para que tanto ela possa se tornar itinerante, como possa se tornar próxima do público escolar da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No que concerne à expansão virtual, pretendemos também tornar a exposição disponível em um *site*, na *internet*. Para tanto, desde 2021, estamos trabalhando para deixá-la disponível na rede, mas ainda não foi possível, sobretudo pela falta de recursos financeiros. Porém esperamos que em 2022 possamos realizar essa etapa e, com isso, ampliar nosso público.

Nossa ação é de impacto relevante, sobretudo para a rede de ensino básica, não só de São Vicente, pois o vídeo da exposição, por exemplo, já é utilizado por professores de outras cidades vizinhas. Além disso, toda a comunidade, visitantes e turistas são beneficiados com a aula que têm ao visitar a exposição. Um ponto importante é que o diálogo dos mediadores com os visitantes acaba agregando nossas pesquisas com mais informações. Um exemplo disso são pessoas que, ao visitarem a exposição, contam histórias de ancestrais que eram intitulados de “índios” ou “caboclos”, relatos que estão na memória e são passados de geração em geração, porém, muitas vezes, desconhecidos pela maior parte da sociedade.

O impacto sociocultural mais surpreendente é observado pela comunidade escolar, pelos docentes que consideram a temática da exposição de extrema relevância, visto que se discute a temática indígena em um âmbito mais próximo dos educandos e os interligam com as suas realidades. O impacto positivo da exposição pode ser comprovado pela visitação de quase quinhentas pessoas em aproximadamente dois meses e meio desde sua abertura. Além disso, diversas turmas de outras cidades estão interessadas em marcar agendamento para visitá-la.

Portanto, dada a importância das atividades desenvolvidas pela exposição *Luíza: histórias e memórias indígenas na Serra de Santana* buscaremos ampliar

nosso trabalho de modo a alcançar um público ainda maior de visitantes. Dessa forma, pretende-se contribuir com a ampliação das discussões em torno da presença indígena em nossa sociedade. Para tanto, entendemos que a ação conjunta de registro das memórias indígenas e a educação patrimonial são de fundamental importância para garantirmos a salvaguarda de uma parcela tão significativa de nossa história.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Museu Histórico de São Vicente.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, F. C. S. O.; ALVES, F. V. S. *Evolução urbana de São Vicente*. 2000. 50 f. Monografia, Graduação em História, Departamento de História e Geografia, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968, p. 253-255.
- CAVIGNAC, Julie. “A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte”. *Mneme: Revista de Humanidades*, Caicó, v. 4, n. 8, p. 01-79.
- NOGUEIRA, M. A. A. *A cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN: o sítio arqueológico Aldeia da Serra do Macaguá – Tenente Laurentino Cruz – RN*. 195 f. Dissertação, Mestrado em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: histórias e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.
- MACEDO, Helder Alexandre M. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII - XIX)*. 2013. 362 f. Tese, Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MACEDO, H. A. M. "Relações entre índios e colonos nos Sertões do Seridó, Capitania do Rio Grande, no século XVIII". In: *Clio - Série Arqueológica*, Recife, v. 28, n. 2, p. 57-74, 2013.

MAFRA, F.; NOGUEIRA, M. A. A. "A cerâmica Tupinambá na Serra de Santana-RN: a cultura da floresta tropical no contexto do Semiárido Nordestino". In: *Clio - Série Arqueológica*, v. 28, n. 1, 2013.

MEDEIROS FILHO, O. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Editora Senado, 1984.

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. 1998. 200 f. Tese, Doutorado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Econômica e História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, J. V. *Apontamentos sobre a história indígena na Serra de Santana-RN, séculos XVII e XVIII*. 2015. 70 f. Graduação em História, Departamento de História, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

SILVA, S. R. *A índia, o santo e as almas: narrativas sobre a cidade de São Vicente/RN*. 2018. 111 f. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOARES, I. Notas à margem da História de São Vicente. In: ARAÚJO, I; SOARES, I. DANTAS, J. L. CASCUDO, L. C. *Cidade de São Vicente: vida e memória*. Natal: EDUFRN, 1997, p. 23-46.

Outros autores:

Joadson Vagner Silva⁴

Julie Antoinette Cavignac⁵

Moysés Marcionilo de Siqueira Neto⁶

⁴ Colaborador do Museu Histórico de São Vicente/RN, mestre em Arqueologia pela UFPE.

⁵ Professora titular do Departamento de Antropologia da UFRN, doutora em Antropologia e Sociologia Comparativa, Université de Paris X, Nanterre.

⁶ Historiador do Museu Câmara Cascudo da UFRN, doutorando em Arqueologia pela UFPE.

Gildo Jose dos Santos Junior⁷

Clenilda Maria de Araújo⁸

Bárbara Kallyne Marques Costa⁹

Pedro Emídio Felipe Lima¹⁰

Francisco Carlos da Cunha Santana¹¹

Vanessa Damascena de Araújo¹²

Yeda Fernanda Inocêncio Ribeiro¹³

Ana Cecília Araújo Lopes¹⁴

⁷ Museólogo do Museu Câmara Cascudo da UFRN, mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS.

⁸ Coordenadora de cultura do município de São Vicente/RN, pós-graduada em Metodologia da Língua Portuguesa, Inglesa e Literatura pela FAVENI.

⁹ Colaboradora do Museu Histórico de São Vicente/RN, graduada em História pela UFRN.

¹⁰ Colaborador do Museu Histórico de São Vicente/RN, graduando em História pela UFRN.

¹¹ Graduando em Engenharia Civil pela UFERSA, colaborador do Museu Histórico de São Vicente/RN.

¹² Graduanda em Administração pela UFRN.

¹³ Colaboradora do Museu Histórico de São Vicente/RN, Técnica em Aquicultura pela Escola Agrícola de Jundiaí/UFRN.

¹⁴ Colaboradora do Museu Histórico de São Vicente/RN, Técnica em Aquicultura pela Escola Agrícola de Jundiaí/UFRN.

Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara



No museu e nas calçadas: ciclo de oficinas do MAPA

Débora de Souza Simões¹
Natália de Carvalho Oliveira Checchi²
Robson Rodrigues³

Resumo: Este artigo apresenta as ações realizadas no âmbito do projeto “No museu e nas calçadas: ciclo de oficinas do MAPA”, bem como os desdobramentos das atividades junto à comunidade local. Tal projeto foi desenvolvido pela Fundação Araporã e Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) no ano de 2021. A ação contou com duas oficinas e duas contações de histórias, a primeira referente à Arqueologia e a segunda à Paleontologia, ambas sobre a cidade de Araraquara-SP.

Palavras-chave: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA); Fundação Araporã; patrimônio cultural; educação patrimonial.

¹ Graduada e mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Pesquisadora, educadora e presidente do Conselho Consultivo da Fundação Araporã.

² Graduada e mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Pesquisadora, educadora e secretária geral da Fundação Araporã.

³ Doutor em Arqueologia pelo MAE/USP. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU. Presidente do Conselho Administrativo e coordenador de projetos em Arqueologia da Fundação Araporã.

Introdução

O projeto “No museu e nas calçadas: ciclo de oficinas do MAPA” surgiu a partir do edital publicado pelo Estado de São Paulo, edital ProAC-LAB nº 44/2020, que fomentou ações em instituições museológicas com recursos provenientes da Lei Aldir Blanc, que distribuiu recursos de forma descentralizada para profissionais e instituições do setor cultural durante o período de pandemia da Covid-19. No projeto inscrito e executado estavam previstas duas oficinas - Oficina de cerâmica e Oficina “As pegadas da minha rua” -, e contações de histórias com foco na temática do museu - Arqueologia e Paleontologia.



Foto 1: Logo de divulgação do projeto “No museu e nas calçadas: ciclo de oficinas do MAPA”.

A Fundação foi contemplada por esse edital pelo seu histórico de ações no Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA). A história desse

museu está interligada à Fundação Araporã, pois foi pelo ativismo de pesquisadores dessa instituição, em específico por uma situação de risco de descarte que o patrimônio arqueológico correu quando estava sob salvaguarda do Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, que deu início aos questionamentos e primeiros debates sobre a necessidade de um museu específico para esse tipo de patrimônio na cidade de Araraquara/SP.

Decorrente de tal situação, o museu foi inaugurado no ano de 2008 e, desde então, a Fundação vem atuando no MAPA a partir de projetos desenvolvidos, principalmente, no âmbito da salvaguarda e da comunicação dos patrimônios arqueológicos e paleontológicos, com a curadoria do acervo, exposições de longa e curta duração, eventos, oficinas, palestras, cursos de formação, entre outros.



Foto 2: Foto da fachada do Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAPA).

Para além de sua atuação no museu, a Fundação também desenvolve trabalhos de Gestão do Patrimônio Arqueológico a partir do Licenciamento Ambiental, bem como projetos voltados à pesquisa, educação e formação dentro da temática indígena, com objetivo de fomentar diálogos e políticas públicas na defesa dos direitos das populações indígenas. Tais atuações acontecem a partir de quatro grupos de estudos e trabalho: Grupo de Estudos em Museologia e Patrimônio (GEMP), Grupo de Educação Patrimonial (GEP), Grupo de Arqueologia (GEA) e Grupo de Estudos “Educação e Relações Etnoculturais na Temática Indígena” (GEERERI).

As oficinas

As oficinas realizadas - Oficina de cerâmica e oficina “As pegadas da minha rua” - tiveram como base metodológica a educação patrimonial e a pedagogia dialógica de Paulo Freire. Compreendemos que educação patrimonial é um campo interdisciplinar e transdisciplinar, que envolve tomar como ponto de partida os patrimônios materiais e as referências culturais como fonte de conhecimento e experiência (HORTA, 1999). A proposta metodológica também se baseou no método dialógico freireano (FREIRE, 2014) que visa a construção do conhecimento mediado pelas experiências dos participantes acerca da temática e do aprofundamento do saber a ser adquirido entre todos participantes. Ou seja, as metodologias utilizadas primaram pelo ambiente interativo de trocas, participativo e comprometido em estimular as competências e habilidades pessoais, o bem-estar e aprendizado dos/as participantes, partindo do diálogo e envolvimento com os patrimônios.

Seguindo estas concepções, buscamos aproximar os envolvidos aos patrimônios arqueológico e paleontológico de forma lúdica e dinâmica, fomentando as experiências através da observação, questionamento e diálogo. Nesse sentido, a metodologia prezou pela participação ativa do grupo, conformando comunidades de aprendizagem, visando construir conjuntamente os saberes a serem dinamizados durante os encontros, uma vez que todos os integrantes dos encontros fazem parte da história de Araraquara e ao compartilharem suas histórias, ajudam a compor o traçado memorial do território.

1.1. Oficina de cerâmica

A oficina de cerâmica é a atividade mais antiga desenvolvida pela Fundação Araporã. Ela tem por objetivo aproximar os participantes de conhecimentos e tradições indígenas, bem como do patrimônio arqueológico salvaguardado no MAPA, por meio do diálogo e da prática. Quando a equipe se inscreveu para o edital do ProAC-LAB, tal oficina estava prevista para ser realizada de forma presencial, em lugar aberto e com poucos participantes. Porém com a alta de

infecções e com o colapso do sistema de saúde no início do ano de 2021, todas as atividades foram realizadas de forma remota.

A metodologia utilizada para essa oficina foi a participativa, e a dinâmica escolhida foi de, primeiramente, realizar uma conversa sobre a produção de potes cerâmicos e a conexão desses com os modos de vida das diferentes culturas de populações indígenas, bem como sobre as diferentes técnicas de produção de utensílios cerâmicos. A parte prática consistia em produzir um pote a partir da técnica do acordelado, sendo que tal técnica é largamente utilizada por diversos povos indígenas do Brasil. Ressalta-se que no Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA) encontramos diversos fragmentos de potes cerâmicos utilizados pelas populações indígenas do passado, fragmentos esses que são encontrados em sítios arqueológicos e, em tais fragmentos, é possível observar essa técnica do acordelado.

Como já dito, a oficina ocorreu de forma remota, via *Google Meet*. As chamadas para as inscrições foram realizadas pela comunicação da Prefeitura Municipal de Araraquara, pela imprensa e pelas redes sociais - *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. As inscrições eram realizadas a partir de um formulário do *Google Forms*. Os materiais utilizados para a oficina (argila, palitos de madeira e pano perfex) foram entregues na casa dos participantes em uma *ecobag* produzida especialmente para o projeto.

1.2. Oficina “As pegadas da minha rua”

Essa ação partiu de uma atividade educativa que possui o mesmo nome e que foi desenvolvida durante o ano de 2019 e início de 2020. O objetivo geral da ação era promover a reflexão e o debate com os moradores de Araraquara sobre a importância do patrimônio paleontológico local, articulando atividades de salvaguarda e de conservação das calçadas icnofossilíferas da cidade. Tais calçadas são constituídas por lajes de arenito que possuem pegadas e rastros de mamíferos, dinossauros e invertebrados com cerca de 140 milhões de anos. Na atividade original, os participantes recebiam um kit com ficha de inventário, guia de identificação das pegadas, dois mapas com os endereços dos icnofós-

seis, lápis, borracha, fita métrica, paquímetro e câmera fotográfica. Com tais instrumentos, a equipe, junto com os participantes, realizava, de forma colaborativa, a atualização do inventário das lajes com icnofósseis (produzido em 2008 pelo paleontólogo araraquarense Heitor Francischini).



Foto 3: Realização do primeiro percurso “As pegadas da minha rua”, 2019.



Foto 4: Realização do terceiro percurso “As pegadas da minha rua”, 2019.

ENDEREÇOS DOS ICNOFÓSSEIS BONS NA REGIÃO CENTRAL E ENTORNO DE ARARAQUARA (SP)



Foto 5: Mapa de Araraquara/SP com os endereços dos icnofósseis.

No ano de 2021, com a impossibilidade dos encontros presenciais, as atividades aconteceram de forma remota e foram adaptadas para esse novo contexto. Nesse novo formato, o objetivo não estava mais em atualizar o inventário, mas sim de comunicar sobre esse patrimônio paleontológico local e a importância de preservá-lo.

A metodologia utilizada foi a educação patrimonial; assim, a oficina dividiu-se em duas partes, a primeira com a exposição do conteúdo - história

das transformações do território, meio ambiente e fauna presente nesse território há cerca de 140 milhões de anos, formação dos icnofósseis e análise dos tipos de pegadas e rastros fósseis presentes nas calçadas –, e a segunda parte com a análise das pegadas e rastros. Durante a parte expositiva, o diálogo era incentivado e instigado para que os participantes contassem seus conhecimentos em relação ao conteúdo e durante a parte das análises dos icnofósseis os participantes eram os protagonistas da atividade.

Para a atividade foram disponibilizados kits – uma *ecobag* com os Guias de identificação de icnofósseis e mapas da cidade de Araraquara com a indicação dos locais que possuem icnofósseis. Com eles, os participantes puderam ir para a rua e procurar as pegadas e rastros fósseis presentes nas calçadas da cidade.

1.3. Contações de histórias

Foram realizadas duas contações de histórias de autoria da contadora Rô Silva, membro da Cia Alecrim, parceira da Fundação Araporã e do MAPA. No projeto original previa-se que as contações ocorreriam no museu, na praça próxima ao museu e no bairro Vale Verde. Porém, o projeto teve que ser adaptado para formato *on-line*. As duas contações de histórias - “Sonho de barro e fogo” e “As pegadas da minha terra” - trouxeram o contexto arqueológico e paleontológico da região de Araraquara, temáticas específicas do MAPA. As contações foram voltadas para o público infantil e, principalmente no contexto de pandemia e de ensino remoto, possuíram também os grupos escolares como público. Nesse sentido, podem ser usadas como ferramentas pedagógicas para trabalhar Arqueologia, Paleontologia e patrimônio cultural local.

Resultados e desdobramentos

As oficinas aconteceram durante os meses de março e abril de 2021. Foram aplicadas no total onze oficinas: seis ‘Oficinas de cerâmica’ e cinco “As pegadas da minha rua” e contamos com a presença de 99 participantes. O público-alvo era

a população geral interessada da cidade de Araraquara, pelo fato de os inscritos receberem em suas casas a *ecobag* com os materiais utilizados para a oficina. Mas esse público extrapolou a cidade de Araraquara, pois também participaram pessoas das cidades da região, como Ibaté, Américo Brasiliense, São Carlos e Itápolis, bem como de outros estados, como Piauí, Ceará e Paraná.

De modo geral, o público atingido foi heterogêneo, pois participaram, em sua maioria, famílias, crianças, pré-adolescentes e adolescentes, assim como adultos e idosos sozinhos (em menor quantidade).

Um dos impactos já mensuráveis após a execução desse projeto foi a difusão e preservação do patrimônio paleontológico, pois a partir da participação de uma professora e da diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hermínio Pagotto, localizada na agrovila Assentamento Bela Vista do Chibarro, na zona rural de Araraquara, a equipe foi convidada a realizar (e realizou) a atividade educativa ‘As pegadas da minha rua’ de forma presencial na própria escola, que ocorreu no mês de setembro de 2021.

Nessa atividade, os alunos e alunas receberam o Guia de identificação de icnofósseis e os mapas de Araraquara com os endereços em que as pegadas e rastros fósseis estão localizados. A atividade seguiu a mesma metodologia da realizada via remota, mas a parte prática foi desenvolvida nas próprias calçadas defronte à escola, onde foram encontradas pegadas de dinossauros carnívoros, herbívoros e rastros de invertebrados.

O Assentamento Bela Vista do Chibarro está localizado no local de antiga fazenda cafeicultora. Ali, ao redor da casa grande, estavam as casas dos trabalhadores da fazenda (hoje casas dos assentados), sendo que o calçamento é composto pelas lajes de arenito retiradas da pedreira São Bento, também da cidade de Araraquara. Tais lajes de arenito possuem icnofósseis.

Após a oficina, o professor que acompanhou a atividade contou que um morador do assentamento pretendia realizar a retirada das lajes de arenito de suas calçadas, porém os alunos e alunas reconheceram os icnofósseis em sua calçada e o convenceram de não realizar a retirada.

Nesse fato vemos a Paleontologia enquanto ciência fazendo parte do cotidiano da população, a preservação do patrimônio paleontológico partindo

não de especialistas, mas sim da própria população, bem como a difusão desse conhecimento.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Fotos 1, 3 e 5: Fundação Araporã; Créditos da foto 2: Robson Rodrigues; Créditos da foto 4: Patrícia de Oliveira.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Museu da Gastronomia Maranhense



Acessibilidade universal e tecnologia no Museu da Gastronomia Maranhense

Saulo Ribeiro dos Santos¹

Silvia Romana Costa de Albuquerque dos Santos²

Tallyane de Jesus Gomes Costa³

Resumo: Compreendendo a importância da acessibilidade universal em museus, buscou-se meios tecnológicos de baixo custo que pudessem ampliar o alcance do público-alvo do Museu da Gastronomia Maranhense, localizado na cidade de São Luís. Priorizou-se a efetivação de um estudo que considerasse os diversos aspectos da acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva/surdos ou cegos.

Palavras-chave: Museu da Gastronomia Maranhense; acessibilidade; audioguia; videoguia; tecnologia.

¹ Doutor em Gestão Urbana e em Geografia. Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial. Coordenador do Observatório de Turismo da Cidade de São Luís do Maranhão. Coordenador Assistente do Programa Rede Amazônia no Maranhão. Atual Secretário Municipal de Turismo de São Luís.

² Turismóloga. Coordenadora de Receptivo - Secretaria Municipal de São Luís.

³ Graduanda em Turismo pela UFMA. Bolsista no grupo de extensão UFMA - Turismo e Governança: Ações de extensão no âmbito da promoção e cultura do Pólo Turístico de São Luís.

1. Introdução

A ação “Acessibilidade Universal e Tecnologia” no Museu da Gastronomia Maranhense foi lançada no dia 12 de maio de 2021, durante o período da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Além da questão acessível a pessoas com deficiência, o áudio guia serviu também para que pessoas que estavam distantes e em quarentena em suas casas pudessem conhecer e escutar um pouco sobre a exposição do Museu da Gastronomia Maranhense. A ideia para desenvolver esta ação surgiu da necessidade de melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência, e ser um facilitador de comunicação e acolhimento dentro do espaço museológico.



Foto 1: Visitante utilizando o recurso do vídeo em libras.



Foto 2: Adesivos colados nos totens sugerem a utilização e acesso ao audioguia.

Na ocasião, foi lançado o audioguia contendo um conteúdo completo e detalhado sobre o acervo do Museu da Gastronomia Maranhense em apresentação autoguiada. Através da leitura do *Qr Code* contido em adesivos espalhados pelo museu e disponível também nas plataformas *Spotify* e *Google Podcast*, o visitante acompanha as explicações dos itens expostos onde foram enumerados os principais itens do acervo para que o público que quiser realizar o tour sem um guia especializado presente no museu entenda sobre os detalhes da exposição. Já o vídeo em libras está disponível em tablet para apresentação e está também no *Youtube*, no canal da Secretaria de Turismo de São Luís, onde é possível acessar a página do próprio celular e realizar sua visitação.

Além da questão voltada para pessoas com baixa visão/cegas e baixa audição/surdas, os recursos audioguia e videoguia em libras possibilitaram aos visitantes do Museu da Gastronomia Maranhense, que não possuem deficiência, ter contato com a exposição de forma remota, já que tanto o vídeo quanto

o audioguia estão disponíveis para acessar de qualquer lugar do mundo, ou até mesmo visitando o museu de forma presencial, mantendo o distanciamento social (Covid-19), fazendo sua visita apenas ouvindo pelas plataformas *Spotify* ou *Google Play Music* e proporcionando maior aproximação ao acervo do Museu da Gastronomia Maranhense. Segundo Xiong et al. (2015), a visão pode ser considerada o sentido mais imediato, essencial e confiável para conhecer o destino, e a audição, por seu lado, pode suscitar emoções no turista sobre o museu.

2. Metodologia

A ação utiliza uma metodologia inédita em museus de São Luís, visto que, até o presente momento, há poucas casas de cultura e museus na cidade que adotam ações acessíveis para pessoas com deficiência, incluindo vídeo em libras. Atualmente, somente o Museu da Gastronomia Maranhense possui tal ação. Assim, buscou-se na literatura e também em estudos de casos de museus em algumas partes do Brasil e do mundo, como estes estavam possibilitando o acesso universal.

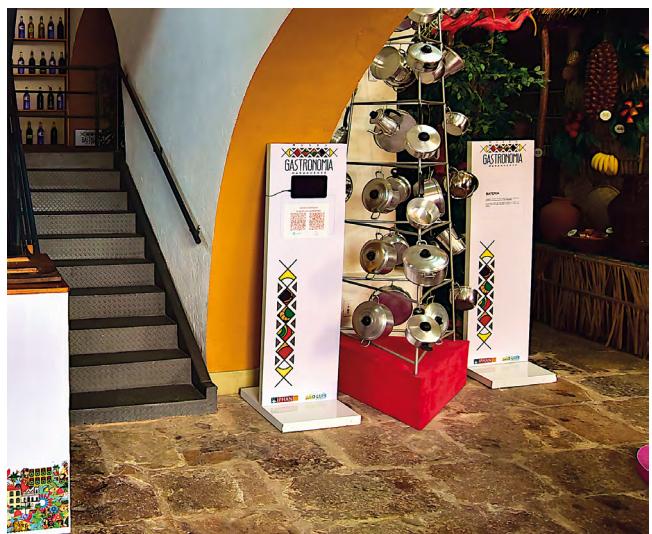


Foto 3: Totem com *tablet* de exibição do videoguia em libras.

Sendo assim, propôs-se implementar uma nova instalação de um *totem touch screen*, com plataforma interativa e conteúdo atualizado, orientado por uma empresa especializada, que deve realizar toda a programação contida no plano de trabalho, tais como: videoguia em libras, *games*, acervo fotográfico e novos conteúdos a serem lançados durante todo o ano, possibilitando o acolhimento da comunidade local e turistas, aproximando de forma interativa e lúdica o que se encontra no espaço museológico, estimulando os visitantes a conhecerem a cultura gastronômica do local.

3. Objetivos

O objetivo geral do projeto é realizar a acessibilidade para pessoas com deficiência no Museu da Gastronomia Maranhense através do vídeo em libras e do audioguia. Como objetivos específicos, pretende-se buscar tecnologias e novas metodologias que acolham e incluem, de modo que todos os visitantes e potenciais visitantes se sintam pertencentes ao museu e seguros, pois além da questão de acessibilidade a pessoas com deficiência, buscou-se estimular e induzir o distanciamento social em razão da Covid-19, visando a não propagação do vírus. Ademais, buscamos instigar os demais museus da cidade de São Luís – MA a adotar ações voltadas ao público com deficiência, visando o acolhimento e evitando a discriminação deste público nos equipamentos culturais da cidade. Ainda dentre os objetivos específicos, citamos: induzir a comunidade a participar de forma mais interativa e participativa da ação, impulsionando cada vez mais a visitação e inclusão do Museu da Gastronomia Maranhense, visando a preservação da memória e cultura gastronômica do estado; implantar práticas interativas por meio de recursos tecnológicos no Museu da Gastronomia Maranhense, para construir e aguçar memórias dos visitantes do museu.

4. Audioguia e Videoguia - Acolhimento e aproximação da comunidade ao equipamento turístico de São Luís

De acordo com a estrutura física e a mão de obra disponível, chegou-se a duas formas que poderiam ser implementadas no Museu da Gastronomia Maranhense. A primeira foi um vídeo em libras, no qual um profissional de libras apresenta as obras do museu, em que ele fez toda a tradução em libras. Filmou-se todo o processo, que está disponível em um painel do museu (entrada principal) e também no canal do *Youtube* da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís, caso a pessoa queira acompanhar através da tela do seu celular ou tablet.

A ação analisou referências que trouxessem falas sobre a questão da acessibilidade em novas tecnologias, a fim de tornar o Museu da Gastronomia Maranhense mais acolhedor e inovador para a comunidade que o visita. Partindo desta compreensão, o CAT (Comitê de Ajudas Técnicas) reforça que a Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

É indispensável trabalhar na busca de soluções efetivas para que pessoas com necessidades especiais tenham amplo acesso, evitando assim que se crie uma classe de infoexcluídos. Segundo a ABNT - NBR 9050 (Norma Brasileira de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. O termo acessível implica acessibilidade física, intelectual, cognitiva e atitudinal.

5. Experiências Interativas no Museu da Gastronomia Maranhense

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que, por causa das condições atípicas, não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou à “prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais” (SASSAKI, 1997, p.16).

Desta forma, buscamos ampliar a ação para acolher pessoas com deficiência auditiva/surdos e cegos. A próxima etapa da ação é deixar ainda mais interativa e dinâmica a visitação da comunidade local e turistas, partindo de uma pretensão de realizar novas sensações e experiências dentro do Museu da Gastronomia Maranhense. Como as pessoas experimentam o mundo através dos seus sentidos, a informação sensorial e as experiências subjetivas que a acompanham desempenham um papel fundamental na ação e cognição humana (KRISHNA; SCHWARZ, 2013). Recriar e atualizar os modelos de espaços culturais significa repensar a dinâmica da informação, a fluidez das narrativas, o desenvolvimento da tecnologia como espaço para o lúdico, a relação com o consumo e a necessidade de cumprir papéis educacionais e sociais. Quando o visitante interage com o acervo exposto, ele encontra oportunidades para estimular a sua interpretação, questionar e refletir sobre aquela exposição.

Resnick (2002) considera que as oportunidades de aprendizagem não devem estar restritas à escola, a territórios, e sim estar onde as pessoas estão, habitam, trabalham. O uso da tecnologia pode maximizar a experiência física e real nos museus interativos, oferecendo informação de maneira mais fácil, atrativa, em profundidade, inclusive com mais qualidade e quantidade, uma vez que não tem limites de tempo ou espaço.

Filho (2006) reforça isso evidenciando que os novos valores calcados nas noções de progresso, desenvolvimento científico e a busca do bem-estar para toda a população se configuraram, nos museus, como depositários de um patrimônio público e uma afirmação da nacionalidade. A proposta é tornar o Museu

da Gastronomia Maranhense um equipamento cada vez mais interativo e dinâmico, onde além da visitação são ofertadas programações que têm por objetivo aproximar o museu da comunidade e dos turistas, buscando a troca de saberes, apresentando o reconhecimento e a valorização da nossa cultura e gastronomia maranhense, visando a preservação da mesma e evitando, assim, a discriminação no equipamento turístico, trabalhando com ferramentas e metodologias inovadoras, e impulsionando cada vez mais a visitação e inclusão no equipamento.



Foto 4: Totem já existente que será reformado.



Foto 5: Instalação do totem touch screen com plataforma interativa (imagem meramente ilustrativa).

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Museu da Gastronomia Maranhense.

Referências bibliográficas

ATA VII - Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) - Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Presidência da República). Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 19 out. 2021.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 Out. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>. Acesso em: 20 Out. 2021.
- FILHO, Durval de Lara. *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional*. São Paulo: 2006.
- NBR 9050 - *Norma Brasileira de Acessibilidade*. Disponível em: <<http://www.acessibilidade.org.br>>. Acesso em: 25 Out. 2021.
- RESNICK, Mitchel. *Rethinking learning in the digital age: The global information technology report*. [S.l.]: 2002
- RISHNA, A.; SCHWARZ, N. “Sensory marketing, embodiment, and grounded cognition: A review and introduction”. *Journal of Consumer Psychology*, v. 24, n. 2, p.159–168, 2013.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 2. ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- XIONG, J.; HASHIM, N. H.; MURPHY, J. “Multisensory image as a component of destination image”. *Tourism Management Perspectives*, v. 14, 34–41, 2015.

Museu Quilombola da Picada



O Museu Quilombola da Picada: uma experiência educativa e cultural

Raimundo Melo¹

Resumo: Este artigo descreve o processo de construção do Museu Quilombola da Picada em Ipanguaçu-RN. A iniciativa de memória e museologia social vem se constituindo a partir de um amplo processo de mobilização comunitária e de ações educativas e culturais junto à escola e ao território quilombola. O texto destaca o desejo de preservação e difusão da memória e história local pelo grupo quilombola, as ações educativas e culturais desenvolvidas e as estratégias para viabilizar e dar sustentabilidade a esse espaço cultural.

Palavras-chave: Museu Quilombola da Picada; educação; comunicação; bioconstrução; organização comunitária.

¹ Integrante da Coordenação do Centro de Documentação e Comunicação Popular - CECOP e da Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte.

A origem da Comunidade

A Comunidade da Picada surgiu oficialmente com a aquisição da Fazenda Itu por Manoel de Melo Montenegro Pessoa, um grande proprietário de terras da região do Vale do Assú. O Major Montenegro, descendente de Manoel de Melo, amplia os seus domínios na nova fazenda abrindo trilhas na mata nativa, as chamadas picadas. Daí resulta o nome da comunidade.



Foto 1: Rio Pataxó e estrada de acesso à comunidade.

Historicamente dominada e subjugada pela força do poder político, econômico e o coronelismo local, a comunidade formada por descendentes de negros escravizados criou suas próprias estratégias de resistência e luta.

Em 2005, os moradores mobilizados conquistaram, por desapropriação do Governo Federal, a antiga fazenda pertencente aos herdeiros do Major. A fazenda se transformou no Assentamento de Reforma Agrária Pedro Ezequiel de Araújo. O assentamento é formado por seis comunidades: Lagoa de Pedra, Itu, Porto, Salinas, Língua de Vaca e Picada. Em 2010, a Agrovila da Picada pleiteou e teve o reconhecimento como Comunidade Quilombola pela Fundação Palmares.

A Comunidade Quilombola da Picada está localizada na zona rural do município de Ipanguaçu/RN, distante 300 Km da capital do estado, Natal/RN. O assentamento conta com cerca de 550 pessoas e 139 famílias assentadas.



Foto 2: Carnaubais da Picada.

O processo de constituição do Museu

Em 2017, durante as Jornadas Patrimoniais realizadas em Assú, houve um encontro entre representantes da Comunidade Quilombola da Picada, da equipe do Centro de Documentação e Comunicação Popular – CECOP e da Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte. Na ocasião, houve o convite às equipes do CECOP e da Rede para que, juntos com a comunidade, pudessem realizar um trabalho de memória e museologia social na Picada.



Fotos 3 e 4: Reuniões na Comunidade da Picada.

O Museu Quilombola da Picada é a possibilidade da comunidade registrar suas memórias da dominação imposta, das violências sofridas, como também de suas formas de resistência e luta, de seus saberes e fazeres locais.

A Comunidade da Picada optou por desenvolver um processo de documentação e valorização da memória e da história local como parte da estratégia de construção da sua identidade, do protagonismo dos atores sociais e do desenvolvimento local e sustentável.

O Museu está sendo constituído com ampla participação da comunidade em todas as suas etapas. Em 2017, foi iniciado um trabalho educativo e cultural na escola e na comunidade. Através do projeto Fotografia, Memória e Identidade, foram realizadas atividades de capacitação nas áreas da fotografia, produção audiovisual, identidade afro-brasileira, resultando em acervos locais e exposições.



Foto 5: Exposição fotográfica.



Foto 6: Oficina de Turbantes na escola da Comunidade.

Em 2019, a comunidade constituiu uma comissão para articular e mobilizar os diferentes atores locais para a implantação do museu, com a participação de grupos comunitários, do poder público e de outras instituições parceiras com atuação no território.

Nesse processo, já foi iniciada a organização de acervos, a elaboração de uma planta baixa e da maquete em bioconstrução do museu e a mobilização de mutirões comunitários para erguer um dos módulos da iniciativa. Também estão sendo realizadas atividades educativas e culturais na escola e na comunidade nas áreas da literatura (contação de histórias), artes visuais (estêncil), fotografia, audiovisual (documentação da realidade local, exposições e rodas de conversa) e oficinas de estética africana.

Em torno dos Baobás Centenários presentes na região e outros municípios do Rio Grande do Norte, foi realizada uma pesquisa que identificou a existência

dessa árvore no estado com a presença ou passagens de grupos de negros(as) escravizados(as) vindos do continente africano. A pesquisa foi transformada num cordel que está sendo utilizado em atividades educativas e culturais que visam proteger, ressignificar e difundir os baobás como elemento da cultura afro-brasileira.

O museu está capacitando os atores locais para realizarem um inventário participativo, o planejamento estratégico e a montagem do projeto expográfico. Além disso, foi elaborado um plano de ação educativo e cultural que vem sendo desenvolvido pelo museu junto ao seu público.

A Comissão de Implantação do Museu

No processo de constituição do Museu Quilombola da Picada, outro elemento que se destaca é a formação de uma Comissão de Implantação do Museu. Essa Comissão reúne representantes das organizações da comunidade, do campo da museologia social, instituições educativas e do poder público.



Foto 7: Reunião da Comissão de Implantação do Museu Quilombola da Picada.

Fazem parte dessa comissão as três associações comunitárias, grupos culturais e a Escola Municipal Nelson Borges Montenegro. Do campo da museologia social, participam o Centro de Documentação e Comunicação Popular, a Rede Potiguar de Televisão Educativa e Cultural – RPTV e a Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte. Integram ainda a Comissão a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, através da Diretoria Regional de Educação – DIREC de Assú. Da parte do Poder Público local, participam representantes das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Assistência Social, Agricultura, Obras e Esporte.

A Comissão tem o importante papel de ser um espaço de parceria institucional e articulação de um trabalho em rede que garanta o envolvimento de diferentes setores com a construção do museu e a sua sustentabilidade.



Foto 8: Comissão de Implantação do Museu Quilombola da Picada.

Em paralelo à formação e funcionamento da Comissão de Implantação do Museu, existe uma outra comissão formada por representantes das associações,

grupos culturais e a ONG CECOP, responsável pela realização das ações educativas e culturais e pela construção do espaço físico do museu.

Prêmios conquistados

Em 2018, o projeto Fotografia, Memória e Identidade, coordenado por Raimundo Melo e Talita Barbosa, foi realizado na Comunidade da Picada e capacitou crianças, adolescentes, jovens e adultos na localidade, gerando conteúdos educativos e culturais. Esse projeto foi um dos vencedores do Prêmio Nacional Desafio da Aprendizagem Criativa Brasil.

Esse prêmio é uma iniciativa da Universidade de Massachusetts, em Boston, nos Estados Unidos, e da Fundação Lemann. O prêmio trouxe reconhecimento ao trabalho realizado na comunidade e possibilitou trocas de experiência e intercâmbio com outras instituições que atuam no campo da aprendizagem criativa.

Em 2019, a proposta do Museu Quilombola da Picada concorreu ao Prêmio Ibermuseus de Educação. O prêmio visa reconhecer e difundir projetos educativos e culturais realizados por instituições museais e que tenham como fio condutor o protagonismo dos atores locais. O Museu da Picada, que realiza ações continuadas de educação e cultura, concorreu com 158 projetos de 15 países de língua portuguesa e espanhola e conquistou o primeiro lugar na categoria de projetos em desenvolvimento.

Com o prêmio, houve uma divulgação mais ampla do projeto, o reconhecimento internacional da iniciativa na área de museologia social, o aumento da autoestima da comunidade e a possibilidade de diálogo com outros parceiros. A premiação também viabilizou a continuidade do trabalho educativo e a construção do primeiro módulo do museu.

Em 2021, O Museu Quilombola da Picada foi uma das 10 iniciativas que realizam ações educativas e culturais selecionadas pelo Prêmio Darcy Ribeiro. O prêmio é uma realização do Ibram – Instituto Brasileiro de Museus.

O espaço físico do Museu: bioconstrução e mutirão comunitário

O Museu Quilombola da Picada vem se constituindo com ações educativas, culturais e de organização local que acontece nos espaços comunitários e na escola da comunidade. A partir do primeiro semestre de 2021, o processo de construção do espaço físico, paralisado desde 2020 devido ao impacto da pandemia provocada pela Covid-19, foi retomado.



Fotos 9 e 10: Mutirões de construção do Museu Quilombola da Picada.

A construção do espaço físico do Museu é um grande desafio. A comunidade e as instituições parceiras não dispõem de recursos e orçamentos para viabilizar a obra física. Essa construção está ocorrendo a partir do acúmulo da força do processo de organização local e da busca de recursos através de projetos que viabilizem o empreendimento.

A construção do espaço físico é também outro diferencial do projeto. Ele está sendo realizado utilizando a bioconstrução e o superadobe como processo construtivo, o que permite literalmente ser erguido pelas mãos da população, voluntários e profissionais dessa área. A bioconstrução, além de ser uma técnica que utiliza recursos locais, possibilita a participação da comunidade, diminui o custo da obra e também respeita o meio ambiente.

A previsão é que o espaço físico do museu seja erguido em seis módulos circulares. Uma equipe composta por arquiteto, bioconstrutores e educadores da ONG CECOP realiza a capacitação de atores locais e, junto com a comunidade, coordena a execução da obra. No mês de julho de 2021, foi iniciado, em processo de mutirão, o primeiro dos seis módulos do museu.

O significado do Museu

O Museu Quilombola da Picada é um sonho, um desejo, um projeto de memória coletiva da comunidade. Uma proposta educativa, cultural, turística e de desenvolvimento local e sustentável.

Concebida por agentes culturais locais, a iniciativa do museu tem mobilizado para participar do processo de sua constituição crianças, jovens e adultos; homens e mulheres; educadores e alunos; artesãos, agricultores, pescadores, donas de casa e pessoas com deficiência.

Para a Comunidade da Picada, ter um espaço de memória representa reunir num só lugar seu patrimônio cultural, uma herança de sentimentos, vivências e experiências, individuais e coletivas, que estão presentes na vida dessas pessoas que lutam pelos seus direitos.

A implantação do Museu Quilombola tem resultado em grandes benefícios para a comunidade. O museu, ainda em processo de construção, tem sido um

espaço de inclusão social dos diferentes atores locais. Ele é uma estratégia e ferramenta para fortalecimento da identidade e luta quilombola, um equipamento educativo e cultural para a comunidade, para o município de Ipanguaçu e toda região do Vale do Assú.

Com a execução do projeto do Museu da Picada, a comunidade vem fortalecendo o seu processo organizativo e a luta pela conquista dos seus direitos. Esse espaço fortalecerá também o turismo de base comunitária e o desenvolvimento local e sustentável.

Considerações Finais

A partir do relato dessas experiências, já é possível visualizar o significado que o processo de construção do Museu da Picada tem para o território e para outras Comunidades Quilombolas do estado do Rio Grande do Norte.

Essa iniciativa faz emergir desse grupo historicamente excluído da sociedade o desejo de memória e a necessidade de documentar e difundir suas narrativas, seus saberes e fazeres. Esse museu tem o papel de preservar o patrimônio cultural local e contribuir com a construção da história a partir do lugar de pertencimento dos grupos quilombolas.

O desencadeamento desse processo educativo e cultural tem forte impacto na vida da comunidade. É possível identificar o aumento da autoestima desses grupos, a ampliação do sentimento de coletividade e o fortalecimento da organização comunitária.

Na comunidade da Picada, o processo de criação desse espaço de memória tem resultado na tomada de consciência da potência criativa e transformadora da iniciativa. Esse projeto que está em construção tem contribuído para a criação de uma unidade interna, tem apontado para a necessidade de uma ação conjunta entre os vários atores e organizações e cria um horizonte para os desafios atuais e futuros.

Esse tipo de museu, pelas ações e práticas desenvolvidas, é um equipamento importantíssimo para o campo da educação integral, para o desenvolvimento

de novas práticas educativas e o fortalecimento da educação pública, democrática e de qualidade.

Num cenário de retrocessos políticos, de falta de políticas públicas que apoiem de forma concreta iniciativas de museologia social que surgem nas comunidades rurais e urbanas, essa experiência demonstra a capacidade das organizações quilombolas em construírem seus caminhos e perspectivas.

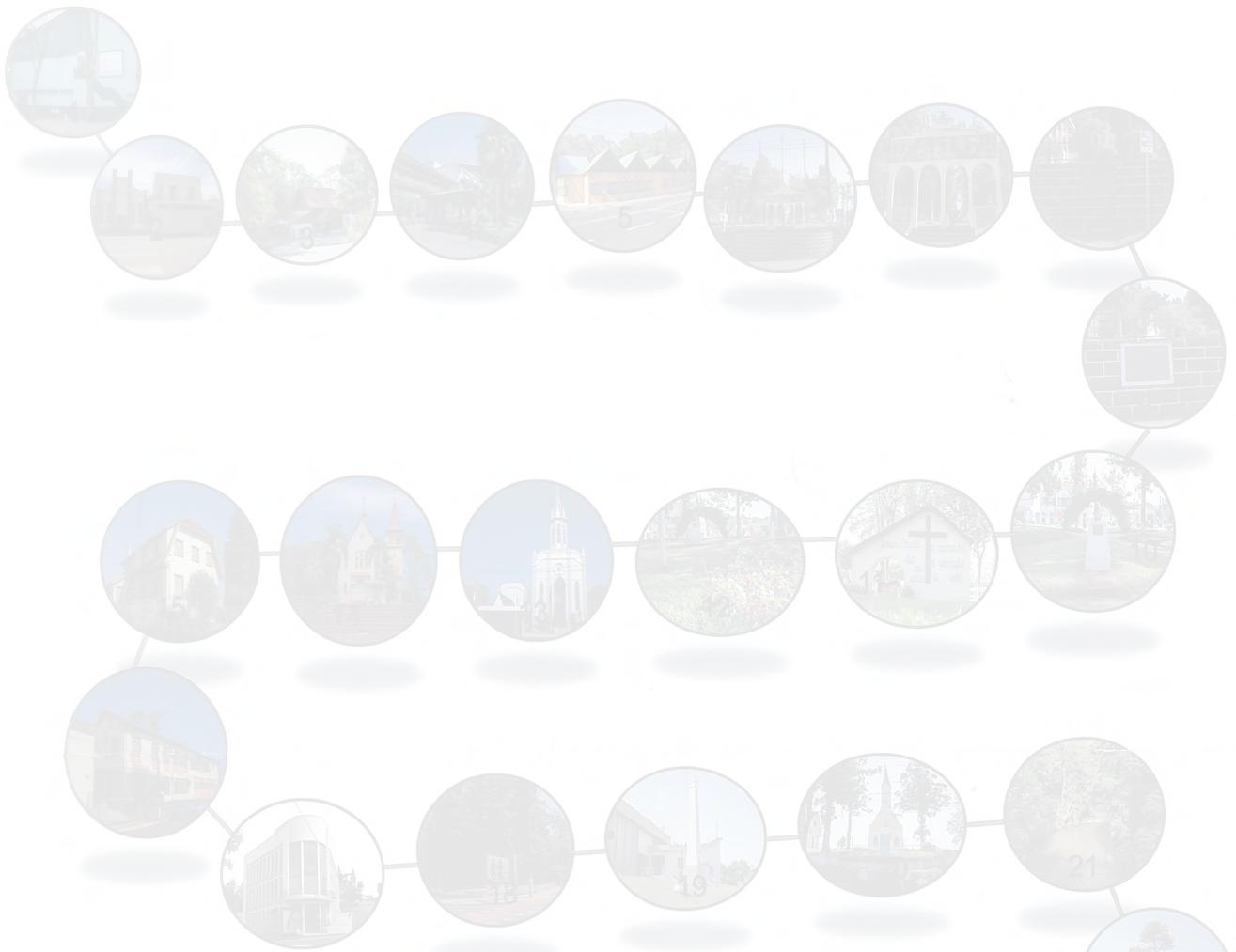
Outro dado relevante é que essa iniciativa tem contribuído com a articulação de parcerias institucionais, agregando ações colaborativas e solidárias à organização quilombola. Nessas parcerias estão instituições de ensino, organizações do terceiro setor e o poder público. Esse desenho fortalece o campo popular na reafirmação de seus projetos, constrói alianças estratégicas com os setores democráticos, valoriza diferentes campos do conhecimento, fortalece o trabalho em rede e abre possibilidades de influenciar as políticas públicas.

Cabe ressaltar que o Museu da Picada tem importante papel no fortalecimento da identidade quilombola, no processo de organização da comunidade e na luta pela conquista de direitos.

Esse museu comunitário e quilombola nasce à revelia do Estado e dos grupos hegemônicos da sociedade. Esse tipo de museu é a concretização do desejo de memória dos grupos excluídos da sociedade. O Museu da Picada é uma ferramenta estratégica que vem desenvolvendo processos educativos e culturais comprometidos com a luta e a transformação social.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do CECOP.

PARTIDA



Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann



CHEGADA



Educação patrimonial em ação no município de Panambi/RS

Cléa Hempe¹
Temia Wehrmann²
Bedin Juliana Barichello³

Resumo: Este artigo apresenta o Projeto Educação Patrimonial, realizado no período da pandemia da Covid-19, envolvendo alunos da Educação Básica e pessoas da comunidade panambiense. O objetivo principal foi a elaboração de um roteiro para conhecer lugares onde havia bens patrimoniais históricos e culturais na cidade e contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Panambi/RS.

Palavras-chave: Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann – MAHP; pandemia; patrimônio; acessibilidade; tecnologia.

¹ Tem graduação e mestrado em Geografia e especialização em Mídias na educação e em Gestão e apoio pedagógico na escola básica: ênfase - Administração e supervisão escolar. É Coordenadora do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, Panambi/RS.

² Graduada em História, especialista em Educação Especial, responsável pelas pesquisas e auxílio na elaboração dos projetos.

³ Graduada em História, especialização em Educação Especial, responsável no atendimento ao público e auxilia nas diferentes frentes de trabalho.

Este artigo apresenta relato de ação educativa desenvolvida durante o período da pandemia da Covid-19 que deu origem a classificação e premiação do edital nº 80/2021- Prêmio Darcy Ribeiro 2021. O Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann (MAHP) foi fundado em 1968 e municipalizado no final da década de 1980. Em mais de cinco décadas de existência, inúmeros objetos e documentos foram acrescentados ao acervo. Segundo seu Plano Museológico (2020 a 2028), o MAHP tem a missão de “oportunizar conhecimento e reflexão continuados da historicidade, memória e cultura por meio da preservação, pesquisa e difusão, em todos os aspectos museológicos, dos vestígios materiais reunidos sob sua guarda que retratem a formação e identidade do Município de Panambi”. Anualmente organiza três exposições temporárias e, nestas, oportuniza ação educativa para público das escolas do município de Panambi/RS. No ano de 2019, concorreu ao edital 01/2019 da SEDAC FAC/RS e foi contemplado com cinquenta mil reais e a Prefeitura Municipal entrou com a contrapartida de doze mil e quinhentos reais. O projeto que concorreu e foi selecionado teve como proposta trabalhar a temática educação patrimonial e oportunizar ação educativa envolvendo alunos da Educação Básica e a comunidade panambiense. Em abril de 2020, o MAHP fechou por força da pandemia da Covid-19. Os profissionais passaram a trabalhar de forma remota por um mês e depois retornaram a trabalhar de forma presencial, porém de portas fechadas para atendimento ao público. Enquanto esteve fechado, os atendimentos passaram a ser através de e-mails, plataformas de reunião *on-line*, *whatsapp*, entre outras tecnologias. Entre abril de 2020 e setembro de 2021 foram executadas várias frentes de trabalho. Uma delas foi a realização das metas e submetas do projeto selecionado no edital SEDAC FAC/RS 01/2019, cujo objeto foi a ação educativa que deu origem a premiação Darcy Ribeiro 2021. No link⁴ pode ser acessada a planilha que traz a relação de metas realizadas para colocar o projeto em prática e chegar no produto final, que foi a elaboração de um roteiro denominado

⁴ <https://docs.google.com/document/d/1B0KFlnXpTyPhXL3snMTHpluLUrZkyD75/edit>

Trilha Interpretativa: Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Panambi/RS. As metas do projeto foram desenvolvidas a partir de quatro etapas:

Etapa 01 – Busca de informações (organização e registro, interpretação/exploração, encaminhamentos de solicitações junto ao setor financeiro)

Este primeiro momento compreendeu o encaminhamento das demandas junto ao setor de compras da Prefeitura Municipal, a organização, a interpretação, o registro de informações sobre bens patrimoniais históricos e culturais selecionados para fazerem parte do Roteiro da Trilha Interpretativa. As várias metas previstas foram efetivamente encaminhadas e preparadas. Explorou-se elementos fundamentais para o trabalho com o patrimônio cultural, como o debate, a seleção e a busca do consenso. Neste momento, foi realizada a contratação de profissionais para elaboração e impressão dos diversos materiais. O objetivo nesta etapa foi encaminhar e preparar todos os materiais previstos para concretização das ações propostas.

Etapa 02 – Sensibilização / debate conceitual

Neste segundo momento, foram distribuídos os cartazes e divulgado o Projeto Educação Patrimonial em Ação no Município de Panambi/RS nos meios de comunicação, nas escolas e na comunidade em geral.

Palestra On-line

As palestras previstas de forma presencial foram adaptadas para formato *on-line* e ofertadas para professores, pessoas da comunidade e alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas três redes de ensino. Já na rede estadual e federal, além das turmas mencionadas, a oferta foi ampliada para alunos do

Ensino Médio e Médio Subsequente. Conforme previsto no Plano de Trabalho, foram disponibilizadas vagas para pessoas idosas, com necessidades especiais e com mobilidade reduzida. A palestra *on-line* abordou o conceito de patrimônio cultural, diferença de patrimônio cultural material e imaterial, importância da memória, leis federais, estaduais e municipais que discorrem sobre a temática educação patrimonial. Também foi apresentado um esboço do Roteiro da Trilha Interpretativa, no qual os participantes identificaram os lugares onde havia bens patrimoniais históricos e culturais e puderam opinar sobre a inclusão de outros lugares. O *link* foi enviado às escolas juntamente com a sugestão de outros materiais a serem trabalhados nos momentos de sensibilização e nos diversos meios de comunicação.

Concurso de Desenho

As informações do Concurso de Desenho previstas para serem repassadas de forma presencial através da palestra e entrega do *folder*, devido a pandemia de Covid-19, foram repassadas através de e-mails às equipes das escolas. Houve período de inscrição das turmas das diversas escolas para participarem do Concurso de Desenho. Constatou-se uma diminuição do número de inscritos em relação a anos anteriores e que o motivo foi os alunos estarem realizando aulas a distância. O público alvo foi composto por turmas de alunos do 5º ao 9º ano, Ensino Médio e Médio Subsequente e pessoas da comunidade em geral. Os desenhos foram avaliados por uma comissão e os 34 selecionados receberam troféus. As turmas participantes do Concurso de Desenho concorreram a um Roteiro da Trilha Interpretativa. No mês de abril de 2020, a pandemia de Covid-19 estava se alastrando. Por conta disso, as turmas inscritas foram consultadas e estas puderam optar em permanecer aguardando a realização do Roteiro da Trilha ou desistirem. Em caso de desistência, o recurso seria destinado à aquisição de livros. Das turmas que haviam sido sorteadas, apenas três optaram em permanecer na espera da realização do Roteiro da Trilha.

Aquisição de Livros e Gabaritos

Foram adquiridos livros “Casa Cadabra, cidade para brincar” e gabaritos urbanos em substituição à meta que correspondia à realização do Roteiro da Trilha, ficando apenas três para serem realizados de ônibus, que ocorreram no segundo semestre de 2021. Os livros que foram adquiridos possuem conteúdos relacionados à temática educação patrimonial e serviram para utilização nos momentos de sensibilização para realização do Concurso de Desenho. O gabarito urbano é um estêncil com formas urbanas para a criança soltar a imaginação e incentivar sua autonomia, sem que seja necessária a intervenção didática de um adulto. Estes foram destinados para todos os alunos participantes do Concurso de Desenho e parte para a biblioteca das escolas.

Etapa 03 - Materialização/produção do conhecimento

Impressão do Roteiro da Trilha Interpretativa

Após seguir várias etapas, como a realização das pesquisas pelos profissionais do MAHP, os profissionais contratados gravaram áudios dos textos em português, alemão, inglês e audiodescrição. Em libras houve gravação e filmagem com inclusão de legenda. Na sequência foi organizado um canal no *YouTube* denominado Educação Patrimonial e postados os áudios ilustrados com uma imagem do lugar onde está localizado o bem patrimonial histórico e cultural.

Roteiro denominado de Trilha Interpretativa: reconhecendo o patrimônio cultural em Panambi/RS

O objeto final foi a implementação do roteiro denominado de Trilha Interpretativa: reconhecendo o patrimônio cultural em Panambi/RS. Este roteiro possui 28 lugares onde há bens patrimoniais históricos e culturais no município. Em cada lugar selecionado, tem uma placa com cinco códigos *QR Code*,

onde consta o histórico em português, alemão, inglês, audiodescrição e libras. As pesquisas foram realizadas pelos professores que trabalham no MAHP. Para realização do Roteiro da Trilha Interpretativa, os professores levam um celular e uma caixa de som para uso e demonstração para os alunos que não possuem o telefone.



Imagens 1 e 2: Frente e verso do roteiro denominado de Trilha Interpretativa: Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Panambi/RS.

Edição de um livro

Foi editado um livro com relatos de todas as metas e submetas realizadas, explicando as adaptações devido à pandemia de Covid-19. O livro Projeto Educação

Patrimonial em Ação no Município em Panambi/RS - Metas Implementadas 2019 a 2021, pode ser conferido *on-line*.⁵

Contratação de 3 regentes

Foram filmados e gravados os cantos corais e disponibilizados nos vários meios de comunicação do MAHP, da Prefeitura Municipal e no Facebook da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Esta meta teve a finalidade de sensibilizar e dar importância para o patrimônio imaterial. Confira nos *links*⁶ uma amostra da filmagem do canto coral.

Impacto sociocultural da ação educativa

A criação do roteiro intitulado Trilha Interpretativa: Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Panambi/RS trouxe a valorização dos diversos bens patrimoniais existentes no município de Panambi-RS, além de sensibilizar o público escolar e a comunidade panambiense da importância de preservar os bens patrimoniais históricos e culturais, tanto materiais quanto imateriais. No período em que os protocolos da pandemia da Covid-19 proibiam a visitação em museus, o roteiro já estava disponível em *QR Code*, com áudios em português, alemão, inglês, audiodescrição e libras. Os *folders* impressos com o roteiro foram disponibilizados para todas as escolas, e em formato digital para diferentes mídias (*Facebook, Whatsapp, Instagram*). Pessoas de diferentes lugares podem acessar o roteiro com os códigos *QR Code*. Para acessar as informações sobre os lugares, basta ter um celular e baixar gratuitamente o leitor de código *QR Code*. Após a pandemia de Covid-19, o roteiro pode ser realizado de carro ou em grupo de

⁵ <https://drive.google.com/file/d/1zizjnQRRwfWSBCHpFdFQiA3jLB8yaTnJ/view>

⁶ <https://drive.google.com/file/d/1efP6ptSmztYRvJQsYz5BNGs9JfI2Z5Ri/view?usp=sharing/>
https://drive.google.com/file/d/1aul-3TEmhOoPPB_O1su9kdzJXTJ58MYI/view?usp=sharing
https://drive.google.com/file/d/1x1_VnG6jIVqXOjfSCA-r05ZkTRjPWg3C/view?usp=sharing

pessoas utilizando ônibus, dentre outros meios. Isso poderá aumentar o turismo no município, além de emprego e renda. O roteiro inicia no MAHP e percorre, entre outros, lugares com atrações gastronômicas, monumentos, marco zero, igrejas, bens tombados e a Estação de Trem, local onde chegaram muitos imigrantes.

O roteiro elaborado veio ao encontro dos professores das diversas escolas, pois a temática educação patrimonial faz parte do currículo escolar, na rede municipal de ensino. Segundo Silveira (2019), contar com um roteiro para visitação é garantir tranquilidade e melhor aproveitamento do seu tempo. Por meio dele, as pessoas se preparam para curtir cada momento, sem estresse e com certeza de estarem visitando um lugar importante.

Um roteiro resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. Pode estabelecer diretrizes para a posterior circulação turística seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional com atrativos a visitar. Os elementos intervenientes consistem na adequação do meio de transporte a utilizar, em função de distâncias a percorrer, locais a visitar em termos de quantidade ou na qualidade do atrativo, tipo de meios de hospedagem, duração da programação, clientela e mercado a explorar (SILVEIRA, 2019). Os bens patrimoniais históricos selecionados para o Roteiro da Trilha Interpretativa foram, ao longo do tempo, construídos pela sociedade panambiense. Estão intimamente relacionados com a identidade do local e representam uma importante fonte de pesquisa atual. Por meio do roteiro organizado nesta ação educativa que envolveu o patrimônio histórico e cultural panambiense (material e imaterial) pode-se, portanto, conhecer um pouco da história local e o que a envolve. O patrimônio histórico reúne o conjunto de manifestações que foram desenvolvidas ao longo do tempo e que carrega aspectos simbólicos. Segundo o Decreto-Lei n.º 25 de 1937, em seu Art. 1º, “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

O relato desta ação educativa resultou da classificação do 8º Prêmio Darcy Ribeiro de 2021, o que possibilita dar continuidade ao projeto Educação Patrimonial em Ação no município de Panambi/RS, ampliando o Roteiro da Trilha Interpretativa: Reconhecendo o Patrimônio Cultural de Panambi/RS para outros lugares que possuem patrimônio histórico e cultural.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann – MAHP.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 12/12/2021.
- PANAMBI. Folder (objeto do projeto) frente e verso da Trilha Interpretativa: Reconhecendo o patrimônio cultural em Panambi/RS. Disponível em: <<https://panambi.atende.net/cidadao/pagina/projeto-educacao-patrimonial-mahp>>. Acesso em: 12/12/2021.
- PANAMBI. Educação Patrimonial em Ação no Município de Panambi/RS – Metas implementadas 2019 a 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1zizjnQRRwfWSBCHpFdFQiA3jLB8yaTnJ/view>>. Acesso em: 12/12/2021.
- PANAMBI. Projeto Educação Patrimonial em Ação no município de Panambi/RS: metas implementadas. Disponíveis em: <<https://mahp-panambi.blogspot.com/2020/08/palestra-live-atividade-adaptada-devido.html>>. Acesso em: 12/12/2021.
- PANAMBI. Pesquisas dos Bens Patrimoniais Históricos e Culturais. Arquivo do MAHP.
- PANAMBI. Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann. Plano Museológico, 2020 a 2028.
- SILVEIRA, Andreia. 2019. Qual a importância de um roteiro de viagem? Disponível em: <<https://www.seguroviagem.org/qual-a-importancia-do-roteiro-de-viagem/>>. Acesso em: 10/12/2021.

Museu Casa do Poeta Lindolf Bell

MUSEU

Casa do Poeta
Lindolf Bell



ABERTO DE TERÇA-FEIRA A DOMINGO
HORÁRIO DE ATENDIMENTO
08h30min às 11h30min
13h30min às 17h30min

Ingresso
Público Geral: R\$ 2,00
Estudante: R\$ 1,00
Terceira idade: entrada gratu...

Estrelas de uma constelação: o universo de Bell – um Podcast de Literatura

Miguel Angel Schmitt Rodriguez¹

Resumo: Este artigo apresenta o projeto de interação nos meios digitais "Podcast – Estrelas de uma constelação: o universo de Bell", desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021 pelos profissionais que atuam no Museu Casa do Poeta Lindolf Bell. Tratou-se de uma ação de educação museal que teve como objetivo inserir as práticas educativas no contexto das modernas tecnologias de informação e comunicação, constituindo-se também como uma estratégia para estender o contato com o público amante dos museus, da arte e da poesia, mesmo em tempos de isolamento social.

Palavras-chave: Museu Casa do Poeta Lindolf Bell; educação museal; *podcast*; literatura; tecnologias da informação e comunicação.

¹ Graduado em História (2005), Letras (2015) e Filosofia (2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina; mestre em História (2008) e doutor em Literatura (2018) pela mesma instituição. Atualmente, coordena o Centro de Memória Lindolf Bell, na cidade de Timbó – SC.

O Museu Casa do Poeta Lindolf Bell foi inaugurado no final do ano de 2003 e, juntamente com o Centro de Memória Lindolf Bell e o Grão Espaço Cultural, integra um complexo turístico e cultural do município de Timbó – SC, conhecido como Casa do Poeta. Mantido pela Prefeitura Municipal, através da Fundação de Cultura e Turismo, o museu tem como missão manter viva a memória do poeta, crítico de arte e promotor da cultura, Lindolf Bell (1938 – 1998), bem como prover ações culturais de valorização da literatura e das artes. Instalado na casa onde Lindolf Bell viveu parte significativa de sua vida, o museu narra, por meio do seu acervo expositivo, os aspectos da trajetória pessoal e profissional deste ilustre catarinense nascido na cidade de Timbó e reconhecido nacionalmente por ter liderado um dos movimentos de difusão da poesia mais significativos da segunda metade do século XX, a saber, a Catequese Poética.



Imagen 1: Entrada do Museu Casa do Poeta Lindolf Bell.

Como todo setor da cultura, a Casa do Poeta viu-se afetada pelas consequências sociais decorrentes da pandemia de Covid-19. Uma semana antes de adotadas as medidas de controle à disseminação do vírus, a Casa havia promovido uma noite cultural com lançamento de livros e exposição de mostra artística. A exposição “Gênesis”, da artista plástica Bruna Nicoli Tafner Pasqualini, que ficaria aberta para visitação ainda por algumas semanas, teve de ser interrompida. Então, no mês de abril daquele ano, o Diretor-Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó - SC, Jorge Ferreira, passou a estimular, entre os profissionais que atuam nos museus do município, o desenvolvimento de práticas e ações educativas que buscassem explorar os recursos dos meios digitais.

Foi nesse contexto, e buscando manter sempre vivo o propósito de valorização da arte e da cultura, que os profissionais da Casa do Poeta Lindolf Bell elaboraram o projeto "Podcast – Estrelas de uma constelação: o universo de Bell". Desta forma, com conteúdo de qualidade divulgado através dos episódios da série, se manteve aceso o compromisso de democratizar o acesso aos bens culturais, mesmo em tempos de isolamento social. No total, o projeto disponibilizou treze episódios com duração média de vinte minutos cada. Com uma periodicidade mensal, o primeiro episódio foi lançado em junho de 2020 e o último em setembro de 2021².

O objetivo geral do projeto foi o de estender o contato com o público amante dos museus, da arte e da poesia, inserindo as práticas educativas museais no contexto atual das modernas tecnologias da informação e comunicação. Disponibilizados nas plataformas de *streaming* como *Spotify* e *Google Podcast*, os arquivos de áudio de cada episódio apresentaram uma gama variada de escritores e pensadores que foram motivo de inspiração para o trabalho literário de Lindolf Bell. O conteúdo da série procurou, portanto, despertar nos ouvintes o interesse e o gosto pela leitura, discorrendo sobre os bastidores da produção poética. Outros objetivos que também tangenciaram o projeto foram

² Em respeito à lei eleitoral 9.504, art. 73, inciso VI, alínea ‘B’, durante os meses de setembro e outubro de 2021 não foi disponibilizado nenhum episódio, nem divulgado nenhum material informativo sobre o projeto.

os estímulos à pesquisa e à reflexão crítica sobre a história da literatura brasileira e universal. Por fim, almejou-se, ainda, a valorização do Centro de Memória Lindolf Bell como espaço fecundo para a pesquisa e a produção de conhecimento.

Levando em consideração a preparação inicial realizada pelos produtores do programa, o projeto teve início em maio de 2020 e encerrou-se em setembro de 2021. Inicialmente, por meio de uma pesquisa prévia e tendo em conta um conjunto de documentos pertinentes a produção literária de Lindolf Bell, elegeu-se um total de 12 autores e pensadores reconhecidos como influentes e relevantes para compor a “constelação do universo de Bell”. Logo que realizada esta seleção, estabeleceu-se um calendário para a disponibilização de cada episódio.

A produção dos episódios, costumeiramente, seguiu as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica sobre o tema; seleção dos fragmentos literários para compor o episódio; gravação; ajustes de edição; divulgação; disponibilização do arquivo de áudio nas plataformas de *streaming*. Foram temas da série autores de expressão da literatura brasileira e universal e que, de alguma maneira, influenciaram e inspiraram a produção literária de Lindolf Bell. Figuraram, entre os escritores brasileiros, o simbolista Cruz e Souza, o romântico Castro Alves, e os modernistas Jorge de Lima e Manuel Bandeira. Entre os expoentes da literatura universal, fizeram-se presente os alemães Hölderlin, Novalis e Goethe, o espanhol Federico García Lorca, o russo Vladimir Maiakovski, o norte-americano T. S. Eliot, e, finalmente, o tcheco Rainer Maria Rilke. Além desses autores, um dos episódios foi dedicado à figura do professor escolar de Lindolf Bell, professor Gelindo Sebastião Buzzi, figura destacada na comunidade local e reconhecido fomentador do ensino da região. Finalmente, o último episódio da série foi um episódio especial dedicado ao próprio Lindolf Bell.

O anúncio de lançamento dos episódios foi realizado por meio das redes sociais da Casa do Poeta Lindolf Bell (*Facebook* e *Instagram*), nos informativos do setor de imprensa da Prefeitura de Timbó, e em algumas edições do Jornal do Médio Vale, publicação impressa bimestral com circulação entre os municípios da região. Durante a sua execução, o projeto ganhou ainda o apoio de outros parceiros na divulgação dos episódios, tais como os perfis do Facebook

“Cultura Furb” e “Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina”. O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, inclusive, divulgou o projeto em algumas edições do seu boletim informativo mensal por meio da sua rede de contatos de e-mail.



Imagen 2: Arte de divulgação do episódio 8: Manuel Bandeira.

O projeto teve como intuito atingir a sensibilidade poética do público através da qualidade mais primordial da poesia, qual seja, a oralidade. Era essa, também, a vontade do poeta Lindolf Bell quando liderou o movimento da “Catequese Poética”. Por isso, cada episódio disponibilizado buscou conciliar a apresentação dos aspectos formais da vida e obra dos escritores com a leitura de alguns fragmentos de suas produções literárias. Com o andamento do projeto percebeu-se que, a cada episódio disponibilizado, o número de acessos aumentava e o interesse era despertado não só entre a comunidade local, mas também entre estudantes e pesquisadores das universidades da região. Buscou-se, então, inserir, em determinados episódios, breves comentários sobre alguns dos recentes trabalhos acadêmicos desenvolvidos a respeito de Lindolf Bell. Foi o caso da monografia de conclusão de curso de Rafael Tomelin, intitulada “Verso veste pele: sobre a materialidade dos corpoemias de Lindolf Bell”, defendida em 2018 no Curso de Letras-Português da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), bem como da dissertação de mestrado de Kathia Regina

Bublitz, “Objetos-poemas de Lindolf Bell: dimensões estéticas para um processo de mediação cultural”, defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação da FURB (Universidade Regional de Blumenau).

Outro desdobramento da ideia inicial do projeto foi o de convidar pessoas que conviveram com o poeta Lindolf Bell para participarem dos episódios através de breves depoimentos. Tonio Carvalho, escritor e diretor teatral com vasta experiência, foi o convidado especial do terceiro episódio e falou um pouco das circunstâncias em que conheceu Bell, lá na década de 1960, em apresentações realizadas no palco do antigo Teatro de Arena, em São Paulo. No episódio dedicado a Jorge de Lima, o jornalista e poeta Rubens Jardim comentou também alguns detalhes importantes acerca das leituras públicas de poesia que realizou ao lado de Bell, nos eventos da “Catequese Poética”.



Imagen 3: Detalhamento do público ouvinte.

Em média, cada episódio obteve até 80 acessos contabilizados nos canais “Museu Casa do Poeta Lindolf Bell” e “Prefeitura de Timbó”, em plataformas de *streaming* disponíveis na internet. Conforme detalhamento de estatística disponibilizado pela plataforma Anchor, alguns episódios obtiveram ouvintes até mesmo de países estrangeiros, como Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Argentina e Irlanda.

A ideia de apresentar os autores e pensadores que teriam de algum modo sido motivo de inspiração para o trabalho literário de Lindolf Bell, partiu de um conceito muito caro ao teórico e crítico literário Harold Bloom, a saber, o conceito acerca da “angústia da influência”. O crítico norte-americano advogou que na arte e, sobretudo, na literatura, não existe obra que seja isenta de influências. Esta condição, antes de invalidar o valor artístico das obras, atestaria a existência de uma longa tradição comunicativa entre as produções artísticas e literárias.

O que se buscou durante a apresentação da série “Estrelas de uma constelação: o universo de Bell” foi, justamente, atestar o fato de que a produção literária do poeta não foi pura obra do gênio artístico, mas fruto de uma conversação com os aspectos marcantes de toda uma tradição. Na preparação dos episódios, portanto, ao mesmo tempo em que se fazia a apresentação dos ilustres autores e pensadores que teriam influenciado o poeta Lindolf Bell, também se teciam os comentários sobre a forma pela qual esta influência pode ter ficado caracterizada. Ao final, o desenvolvimento do projeto contribuiu, inclusive, para renovar as narrativas em torno da produção literária de Lindolf Bell, sendo que os próprios profissionais que atuam no Museu, ao ampliarem os seus conhecimentos, muniram-se de um repertório maior de informações que contribuem, agora, para o aperfeiçoamento do atendimento ao visitante.

Com efeito, entre as ferramentas de comunicação da sociedade contemporânea nos meios digitais, os arquivos de *podcast* configuram-se como meios dinâmicos de interação entre as instituições promotoras de cultura e a sociedade em geral. Por conseguinte, mesmo com o retorno das visitas presenciais ao museu, espera-se poder dar prosseguimento ao projeto, inaugurando, em breve, uma nova série onde se planeja, inclusive, a participação de alguns alunos das redes de ensino do município.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Museu Casa do Poeta Lindolf Bell.

Referências bibliográficas

- BLOOM, Harold. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- BUBLITZ, Kathia Regina. *Objetos-poemas de Lindolf Bell: dimensões estéticas para um processo de mediação cultural*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da FURB (Universidade Regional de Blumenau), 2020.
- CASA DO POETA LINDOLF BELL. Podcast - Estrelas de uma constelação: o universo de Bell. Disponível em: <www.anchor.fm/casadopoeta>. Acesso em: 20/12/2021.
- TOMELIN, Rafael. *Verso veste pele: sobre a materialidade dos 'Corpoemas', de Lindolf Bell*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC, 2018.
- TONCZAK, Maria Joanna. *Lindolf Bell e a Catequese Poética*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1978.



Museu Afro-brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (Camaçari/BA)

Formar para crescer: relatos da primeira formação de monitores do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá

Rychelmy Imbiriba Veiga¹
Thamires Vitoria de Oliveira Menezes²

Resumo: Este artigo apresenta a criação de um roteiro de visitação que abarca não só o Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (MAPPO), mas todo o espaço visitável de um terreiro de candomblé. A partir de então, foi possível pensar nos temas da formação e da atuação dos facilitadores do MAPPO.

Palavras-Chave: Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (MAPPO); educação; formação; candomblé.

¹ Graduado em Pedagogia, mestre em Estudos Étnicos e Africanos e doutorando em Antropologia pela UFBA. Tem experiência na área de Religiões e Educação, com ênfase em Cultura Afro-Brasileira.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (2019), com mestrado em andamento na mesma área.

O Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá (MAPPO) é um projeto do Ilê Asè Ojisé Olodumare (também conhecida como Casa do Mensageiro), comunidade religiosa de Candomblé de Nação Ketu que, por meio do seu instrumento civil, a Associação Afro-brasileira Casa do Mensageiro (AFROCAM) tornou possível a construção, produção e montagem dessa instituição. E, assim, o MAPPO foi criado, concebido, construído e inaugurado. O MAPPO surge já com um grande laço afetivo com a comunidade, pois foi construído pelos membros da Casa do Mensageiro, desde sua fundação estrutural, a concepção museológica, montagem, curadoria e organização do evento de abertura.

O museu traz uma ideia autêntica ao representar um mergulho na história, estética e imagética do culto afro-brasileiro. A coleção em exposição no MAPPO é composta de fotografias, joias e objetos do culto, documentos, vídeos e um acervo de mais de vinte peças do culto a Exu, patrono da Casa do Mensageiro, além de objetos do próprio Pai Procópio de Ogunjá. Personagem importante na configuração do candomblé no Brasil, Pai Procópio (1865 - 1958) foi um dos poucos homens pai de santo, na época em que as religiões de matriz africana no Brasil viviam o apogeu das grandes matriarcas. O ritual da feijoada de Ogum, hoje conhecido nacionalmente, foi criado no terreiro de Pai Procópio.

Todas essas histórias estão presentes no MAPPO, que não comprehende apenas o espaço-museu, mas toda a área visitável dessa comunidade de matriz africana: o barracão, a área externa das casas dos orixás (conhecidos como quartos de santo), às margens do Rio Pojuca, e uma trilha ecológica apresentando as espécies nativas, utilizadas em rituais e pela medicina alternativa. Assim, temos um museu que se comprehende como de território, tendo em vista que o foco não é o edifício-museu e sim todo o espaço em que esse se encontra, além da existência de uma comunidade participativa que busca o desenvolvimento social do terreiro.

Mesmo sendo um museu recente, suas ações, antes de se denominar como tal, já ocorriam nos espaços do terreiro e fora dele, fruto das ações de seus membros. Assim, podemos destacar: o “1º Seminário entre os Rios de Osun”, que ocorreu em 2018, e teve como objetivo consolidar um ambiente de troca entre saberes e práticas intelectuais produzidas dentro e fora da academia,

no espaço do terreiro; o “Ato em desagravo”, promovido em parceria com a Secretaria de Promoção Racial do Estado da Bahia, no dia 21 de janeiro de 2019, dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa; e a realização de palestras nas cidades de Belém, Boa Vista e Vitória da Conquista em 2019 e 2020, que tiveram como tema a Cosmogonia de Exu na África e na Diáspora, analisando o acervo de esculturas relacionadas ao orixá Exu, que hoje compõe o acervo do MAPPO.

A formação de monitores do MAPPO

Após a elaboração do roteiro, foi possível pensar nos temas da formação e nos facilitadores (membros da comunidade e convidados). As temáticas abordadas na formação foram:

I) Museus e patrimônio cultural - histórico dos museus no mundo e no Brasil; sua constituição e suas principais funções e tipologias; os museus de temática afro e sua importância para a educação e políticas públicas; as coleções fruto das batidas policiais em terreiros de candomblé.

II) A formação do Candomblé Baiano - fluxos e refluxos do processo escravista no Brasil; a importância dos corpos negros na formação da sociedade baiana e brasileira; as irmandades e os primeiros terreiros de candomblé; o matriarcado e sua presença marcante no candomblé baiano; os estudos antropológicos desenvolvidos a partir de terreiros de candomblé.

III) Pai Procópio e sua importância para o candomblé da Bahia - a trajetória do babalorixá Pai Procópio Xavier, conhecido como Procópio de Ogunjá, que dá nome ao museu e faz parte da linhagem ancestral de perpetuação do culto afro-brasileiro da Casa do Mensageiro. Quando se fala de Pai Procópio, estamos falando de um homem que foi perseguido pela polícia na década de 1920, que sobreviveu e manteve sua casa de candomblé frente a um matriarcado dominante; Pai Procópio foi retratado por Carybé e Jorge Amado em suas obras e fotografado por Pierre Verger. Ao tratar sobre essa persona, é possível abordar diversos temas que versam sobre a negritude e sobre o culto afro-brasileiro.

As aulas da formação ocorreram no formato virtual por cinco dias, com duas horas de duração por dia; e no formato presencial por dois dias com uma hora de duração por dia. A carga horária total da formação foi de 12 horas com emissão de certificado aos participantes e aos facilitadores. O objetivo é que os participantes, munidos dos conhecimentos adquiridos na formação, pudessem estabelecer suas próprias narrativas ao roteiro de visitação apresentado, proporcionando ao visitante a possibilidade de um diálogo. Os dias presenciais foram utilizados para que os participantes pudessem pôr em prática a sua monitoria tendo em vista o conteúdo passado nas aulas virtuais. Ao final das atividades foi feito um balanço da formação, onde os participantes puderam apresentar suas maiores dificuldades e dar sugestões para as próximas edições. Posteriormente, junto com o certificado, foi disponibilizado material de estudo (no formato cartilha digital), com as referências e textos base utilizados pelos facilitadores na formação.

Impacto sociocultural

A ação tornou apta uma grande parte dos membros da Casa do Mensageiro a realizarem a monitoria do público pelos espaços visitáveis do terreiro e na sala do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá. Tornar a comunidade detentora de sua própria história e pertencente a toda construção da preservação de seus bens culturais é o grande trunfo desta ação. Foram 23 participantes que completaram este primeiro ciclo de formação e todos eles já estão exercendo a função de monitores nas visitas do público, ainda agendadas por conta da pandemia de Covid-19.

Há a possibilidade de ação educativa para o público infantil, com linguagem específica para crianças de diversas faixas etárias. É também possível desenvolver ações voltadas para professores da rede municipal e estadual, tendo em vista a necessidade de aplicação da Lei federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. É possível também a

produção de material didático, como cartilhas e catálogos, que possam ser utilizados em sala de aula após as visitas escolares.

A ação educativa realizada também possibilitou a formação de um grupo com interesse em construir o Plano Museológico do Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá. A partir dos conhecimentos obtidos na formação, principalmente no que tange às necessidades e instrumentos básicos para gestão de um museu, os participantes e facilitadores da formação de monitores deram início às primeiras discussões sobre plano museológico e de que forma o mesmo pode ser construído com participação da comunidade. Além disso, a participação e interação de mestres e mestras da cultura popular da localidade, Barra de Pojuca, tornou-se maior. Contamos com a participação de um dos mestres na formação (Mestre Pelé, responsável pela manutenção da Lagoa da Paz³, e posteriormente visita ao MAPPO realizada por mais mestres e mestras da cultura local.

Conclusão

Considerando que o MAPPO possui uma missão educativa voltada para as populações negras e comunidades de terreiro, o propósito do museu é atuar no segmento da educação não formal sistematizada e constitutiva, desenvolvendo projetos de formação crítica para alunos, professores, comunidades locais e público em geral. O museu conta com um acervo que preserva a história de Pai Procópio e do Ilê Ogunjá, da Casa do Mensageiro, bem como da comunidade afro-religiosa baiana e brasileira. O acervo representa a resistência histórica do povo de axé e transmite o objetivo de informar e referenciar o público visitante acerca das memórias que valorizam a identidade racial, religiosa e ecológica das populações negras. A partir de vivências que evidenciam o comprometimento

³ Fica próxima ao MAPPO e faz parte de um roteiro turístico pensado pela Secretaria de Cultura de Camaçari. Para maiores informações sobre a Lagoa da Paz: <https://www.camacari.ba.gov.br/comunidade-de-barra-do-pojuca-recebe-lagoa-da-paz-revitalizada/> Acesso em 11/12/2021.

com a missão educativa do museu, as atividades educativas-culturais, como a que foi descrita neste artigo, têm por objetivo integrar o complexo museal que compreende todo o território em que está localizado, incluindo as casas de santo, o barracão, a Pedra de Xangô, a Reserva Sapiranga, o Rio Pojuca, entre outros espaços, tendo em vista que as ações educativas buscam estabelecer e fortalecer os vínculos com a comunidade local.

E esse foi o primeiro passo dado com essa ação: mostrar aos nossos o que fizemos e o que poderemos fazer com um quantitativo maior de pessoas ajudando e participando. É imprescindível salientar que toda a ação foi pensada, desenvolvida e executada por membros da Comunidade Casa do Mensageiro que, de maneira voluntária, participaram como facilitadores e mediadores das aulas *on-line*.

O Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá pretende-se inclusivo nas mais diversas formas por estar enraizado em uma comunidade tradicional de terreiro, que em sua concepção é um espaço de acolhimento, educação e troca constante. Logo, o MAPPO, museu de território, pretende direcionar suas ações educativas para atender os mais diversos públicos, pois entendemos o quanto raros e necessários são os museus que tratam da temática afro e o quanto este conteúdo precisa ser consumido pelos mais diversos segmentos da nossa sociedade.

As fotografias a seguir ilustram um pouco do trabalho desenvolvido pelo Museu Afro-Brasileiro Pai Procópio de Ogunjá no contexto do território onde está inserido. Todas essas imagens fazem parte do acervo do MAPPO.









Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre museus [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 159 p. – (Série Legislação; n. 108).

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Lei 13.182/2014, de 6 de julho de 2014. Estatuto Da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado, Governo da Bahia, Bahia.

A man in a white shirt and cap is sitting in a chair, being interviewed by a video camera. The video camera is mounted on a tripod and is pointed at the man. The man is looking down at a piece of paper. In the background, there are several framed photographs on a wall. The overall atmosphere is that of a formal interview or a documentary.

Museu Antropológico Diretor Pestana

Sala 02 – História e Cultura: ação virtual com foco na diversidade étnica em Ijuí

Belair Aparecida Stefanello¹

Fabricio de Souza²

Resumo: A ação “Sala 02: História e Cultura”, organizada e promovida pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), surge como uma oportunidade de apresentar este trabalho para além da estrutura física do museu, virtualizando as discussões com o foco na diversidade cultural de Ijuí. A partir da ação virtual, com ênfase no reconhecimento das mais diferentes formas de ocupações no território, o público pode entrar em contato com as vertentes do patrimônio cultural, a partir dos estudos e vivências de protagonistas dos debates levantados.

Palavras-chave: Museu Antropológico Diretor Pestana; ação virtual; diversidade étnica.

¹ Graduada em História, educadora do Museu Antropológico Diretor Pestana.

² Designer e mestrando em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Atua como Assistente de museu do Museu Antropológico Diretor Pestana.

O Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), localizado na cidade de Ijuí, no noroeste do Rio Grande do Sul, é uma instituição voltada para a preservação da história e memória de Ijuí e região. Surgiu a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), por meio do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, um dos quatro Centros criados neste período pela Faculdade. Conforme destacam Marques e Brum (2004), esses Centros tinham o objetivo de conduzir trabalhos de assistência social e organizar cursos sobre a integração humana na comunidade, dentro do aspecto social.

Nasce, então, o Museu Antropológico, em 25 de maio de 1961, constituído por um caráter científico, com uma abrangência local e regional. Destacado pelo primeiro diretor do Museu, Martin Fischer, no programa radiofônico “Nossas Coisas, Nossa Gente” em 1961, o objetivo deste espaço recém fundado era auxiliar estudantes da FAFI e a comunidade por meio da pesquisa, criando, assim, um local de investigação.

Hoje, passados 60 anos das palavras proferidas pelo primeiro diretor, o MADP possui a visão de oportunizar conhecimento e reflexão por meio da pesquisa, comunicação, difusão e preservação do acervo, contribuindo para o processo educacional, identitário e cultural, visando o desenvolvimento do Noroeste do Rio Grande do Sul³. Atualmente é mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE, e nas suas seis décadas de atividades, o MADP passou por muitas transformações visando se modernizar e prestar um serviço qualificado para a sociedade do Noroeste do estado. Ao longo dos anos, o acervo cresceu em volume, as instalações foram ampliadas e tendo a imediata resposta com o aumento do público de forma significativa em termos de visitação e participação.

Trazendo um recorte atual, com a consequência do cenário pandêmico enfrentado no ano de 2020, os museus precisaram reinventar e reimaginar as suas atividades, enfrentando uma nova configuração: a virtualidade. De acordo com Bernard Deloche (2001), a informática e a multimídia trouxeram para o museu

³ Informações coletadas no Plano Museológico do Museu Antropológico Diretor Pestana, 2016.

uma nova dinâmica que pode ser demonstrada por meio de três funções básicas: agrupar, analisar, mostrar. Com esta reflexão, podemos complementar que as novas tecnologias e possibilidades permitem que as instituições consigam explorar o seu acervo e o seu patrimônio, se apropriando de meios tecnológicos para criar espaços de interação e ampliar a comunicação com o seu público.

Inserida dentro destas possibilidades de uso das novas tecnologias ressal-



Foto 1: Movimento Étnico em Ijuí, 1990.

tadas por meio de ações virtuais, possibilidades estas que auxiliam ainda mais na difusão de informações e conhecimentos preservados pela instituição, é apresentada a “Sala 02: História e Cultura”, desenvolvida na programação virtual da Festa Nacional das Culturas Diversificadas 2020 (FENADI), em conjunto com outras salas nas suas variadas temáticas. A ação foi realizada pelo MADP,

sendo promovida pela União das Etnias de Ijuí (UETI), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e Município de Ijuí.

O evento foi realizado em caráter excepcional de forma virtual, devido ao cenário pandêmico em decorrência da Covid-19, como forma de substituição à Festa Nacional das Culturas Diversificadas - FENADI, realizada anualmente no mês de outubro, de modo presencial, no Parque de Exposições Wanderley Agostinho Burmann, em Ijuí/RS. O evento visa celebrar a diversidade étnica do município, no qual o público tem a possibilidade de conhecer as 13 casas típicas, sendo 10 representativas de etnias europeias, 1 oriental, 1 africana e 1 CTG, onde são apresentados aspectos da cultura material e imaterial desses povos. Embora reconhecido como Patrimônio Cultural do Estado do RS, o evento presencial, por ter caráter festivo, muitas vezes não consegue transmitir o caráter histórico da constituição do município, reforçando as narrativas que constituíram os cenários da formação econômica, social e cultural de Ijuí, creditando o pioneirismo ao imigrante europeu que chegou no território a partir de 1890.

A ação realizada para a FENADI virtual tinha como principais agentes a UETI, a Prefeitura Municipal de Ijuí e a UNIJUÍ. Portanto, para definição dos assuntos a serem contemplados na sala, foram realizadas reuniões presenciais e virtuais da equipe do MADP com os membros das instituições, com os representantes das etnias que compõem os 13 centros culturais, com pesquisadores das etnias Kaingang e Guarani e, também, com o grupo de especialistas da universidade. Depois de definidos os assuntos, a equipe do MADP procedeu a elaboração do roteiro e conteúdo da sala, tendo como consultores professores da UNIJUÍ.

Para a metodologia seguida no projeto, foi adotada a abordagem relacionada ao método qualitativo, seguindo uma construção com base nos seus objetivos que a caracteriza como uma pesquisa exploratória, tendo o foco na pesquisa bibliográfica, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos, proporcionando, assim, uma maior compreensão e familiaridade com a temática. Para a produção dos conteúdos dos representantes das etnias, foram utilizadas técnicas da história oral, apresentando-as enquanto narrativas, como percepções decorrentes de

experiências individuais e coletivas, conforme destaca Verena Alberti (2005). Esta autora reforça que admitir e considerar a pluralidade e a diversidade de versões e experiências no decorrer de análises científicas resulta em um conhecimento acurado a respeito da reflexão.

Com foco no conteúdo, o ponto de partida é a historiografia regional. Os primeiros povos que ocuparam a Região Noroeste do Rio Grande do Sul foram grupos de caçadores e coletores, que chegaram aproximadamente 6 mil anos atrás. Posteriormente, a partir de 2.000 anos AP, chegaram na região povos agricultores Tupi-Guarani, que provocaram grandes mudanças econômicas e culturais com a introdução da agricultura e o uso da cerâmica. Posteriormente, entram na região horticultores Proto-Jê oriundos dos campos de cima da serra do Rio Grande do Sul. Os testemunhos dessa ocupação estão sob guarda do MADP, que possui uma coleção arqueológica de 24.217 peças, provenientes de coletas esparsas e de pesquisas desenvolvidas de 1967 a 1973, nas bacias dos rios Ijuí e Uruguai.

Com o processo de colonização europeia, os povos originários passaram por um longo processo de destruição e expropriação e, atualmente, povos Kaingang, Guarani e Charrua ocupam terras reservadas e áreas de acampamento, tanto no meio rural como urbano, inclusive de Ijuí, assim ressaltado por Danilo Braga (2015) e Douglas Jacinto da Rosa (2020).

Como destacado pelos historiadores Paulo Zarth (2002), Leandro Daronco (2006) e Marcos Gerhardt (2009), o atual território de Ijuí em meados do século XIX fazia parte do território de Cruz Alta, município que era o principal núcleo político-econômico regional, tendo sua estrutura alicerçada no latifúndio escravista. Neste mesmo período, no território de floresta, viviam caboclos, também chamados de trabalhadores nacionais extrativistas de erva-mate.

O projeto da Colônia Ijuhy, implantado pelo governo do Rio Grande do Sul, em 19 de outubro de 1890, dois anos após a abolição, estava voltado para o assentamento de imigrantes europeus, desconsiderando um contingente de trabalhadores africanos, afrodescendentes e caboclos que ficaram à margem do projeto. Segundo pesquisas realizadas pelos historiadores Jaeme Callai (1980) e Danilo Lazzarotto (2002), os primeiros imigrantes, a maioria poloneses,

chegaram em 10 de janeiro de 1891 e, a partir de então, começaram a chegar pessoas de diferentes países da Europa. Contudo, é importante destacar que a Colônia Ijuhy não contava apenas com habitantes oriundos do exterior. O primeiro Censo Demográfico e Econômico foi realizado na Colônia Ijuhy em 1896. De acordo com a nacionalidade, eram brasileiros, poloneses, alemães, italianos, suecos, árabes, russos, austríacos, norte americanos, espanhóis e suíços. Mais tarde, chegaram imigrantes europeus de outras nacionalidades e descendentes de imigrantes alemães e italianos oriundos das primeiras áreas de colonização do Rio Grande do Sul no período imperial. A diversidade étnica presente na Colônia Ijuhy foi destacada em 1898, pelo padre polonês Antoni Cuber que a chamou de Babel do Novo Mundo.

Ao ressaltar o caráter pluriétnico e pluricultural da formação de Ijuí, a “Sala 02: História e Cultura” trouxe também protagonismo aos grupos invisibilizados historicamente e menorizados em importância sociocultural, dando voz e empoderamento a pelo menos 20% da população local 20% da população local que se declara negra, parda ou indígena (IBGE 2010), mostrando, reconhecendo e valorizando sua participação na formação socioespacial e cultural do município, contribuindo também para a construção da identidade coletiva e individual da população que tem como principal característica a diversidade.

Neste contexto, traduzindo essas informações como uma ação educativa, partimos do pressuposto que a educação museal não comprehende apenas mostrar ao público as informações sobre peças presentes no acervo, mas sim, é uma forma de oportunizar vivências sensibilizadoras. A apropriação do contato com os patrimônios estrutura um sentimento de identidade e cidadania, assim colocado por Machado (2004). Essa apropriação, por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos e objetos, leva ao fato de que os atores do processo, tanto individualmente ou coletivamente, se sintam responsáveis pela preservação deste legado deixado ao longo do tempo.

Alterando este formato presencial para o virtual, a Sala de História e Cultura, foi transmitida pelo *YouTube* da UETI, entre 12 e 19 de outubro, com horário de início às 19h10min, juntamente com outras nove salas de temas variados e uma sala de *Talk Show*, se constituindo como uma oportunidade para o

Museu Antropológico Diretor Pestana oferecer, de forma inédita, informações históricas sobre os diversos grupos que constituíram a formação do município, especialmente grupos invisibilizados pelo mito de primazia da colonização europeia, que omite uma ocupação humana na região há pelo menos 6 mil anos. Além do acesso neste período, os episódios permanecem disponíveis no canal da Feira, sendo também explorados de formas individuais e pontuais pelas redes sociais do Museu, disseminando ainda mais as reflexões abordadas no contexto histórico de Ijuí e região.



Foto 2: Captações audiovisuais para a produção da “Sala 2: História e Cultura”, 2020.

O acesso compreendeu um rompimento de limites territoriais que o MADP abrange, visto que a Feira possui um alcance além do contexto local, tendo a participação de um diverso público, de diferentes idades e países. Considera-se, ainda, esta ação como um importante momento para a divulgação do acervo, bem como uma oportunidade de enriquecê-lo com registros sobre o povoamento da região, sendo fontes de pesquisas incorporadas e preservadas no acervo do MADP.



Foto 3: Transmissão Youtube da “Sala 02: História e Cultura”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCJrBmxxM5BV4qSF1HuvdNhw>.



Foto 4: Exibição da “Sala 02: História e Cultura”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCJrBmxzM5BV4qSF1HuvdNhw>.

Esta ação de conteúdo, com foco no educativo, previsto pela Sala, viabiliza um estreitamento de relações entre o museu e a comunidade, também como forma de democratizar e transcender o acesso aos discursos apresentados na Exposição de Longa Duração, e que muitas vezes ficam restritos apenas ao formato físico, aproveitando, assim, as diversas possibilidades que a internet oferece, criando espaços de reflexão que vão além dos seus muros, empoderando os indivíduos pelo reconhecimento de sua identidade.

Fonte das imagens apresentadas no artigo: Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3^a ed. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2005.
- BRAGA, Danilo. *A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio à reação, à reconquista e a volta para casa*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2015.
- CALLAI, Jaeme Luiz. *Estudo da dinâmica populacional de Ijuí (RS): 1890-1970*. 1980. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- CUBER, Antoni. CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai. Ijuí*: editora da UNIJUÍ. 2002. (Original polonês publicado no Kalendarz Polski, Porto Alegre. 1898.
- DARONCO, Leandro Jorge. *À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul. Segundo os processos criminais 1840-1888*. Passo Fundo: Editora UPF, 2006. v. 500. 291p.
- DELOCHE, B. (2001). *Le musée virtuel: vers un éthique des nouvelles images*. Paris: Presses Universitaires de France. (Questions actuelles).
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ed. Unijuí, 2009.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002. 216p. (Coleção Cadernos do Museu).
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do Ensino Fundamental e Médio*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.
- MARQUES, Mario Osorio; BRUM, Argemiro J. *Nossas coisas, nossa gente*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.
- ROSA, Douglas Jacinto. *Território, territorialidades, narrativas e retomada Kaingang na Bacia Hidrográfica do Alto Uruguai: um ensaio (auto) etnográfico em Goj Vêso*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, 2020.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO EM MULISH E SOURCE SERIF PRO EM DEZEMBRO DE 2022.